Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 14 de abril de 2015

Ata N.º 14

No dia catorze de abril de dois mil e quinze, pelas vinte horas e quarenta e nove minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2014

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. José da Cruz Silvério;
- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sr. Raul José Rodrigues Prazeres;
- Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;

- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luis Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;
- Sr. Vereador Eduardo Alexandre Godinho Ferro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- A **Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos da CDU** justificou a ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria** que se encontrava presente;
- A **Sra. Rosa Maria Ramos Dinis da CDU** justificou a ausência à sessão, por motivos de doença súbita, tendo a falta sido considerada justificada.
- A **Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira do PS** justificou a ausência à sessão, por motivos de doença súbita, tendo a falta sido considerada justificada.
- A **Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto da CDU, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo,** fez-se representar pelo seu substituto **Sr. Raul José Rodrigues Prazeres**.
- O **Sr. Valentim Rodrigues Pinto da CDU, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo,** fez-se representar pelo seu substituto **Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade**, que iniciou a sua participação nos trabalhos mais tarde, assinalando-se o facto na altura devida.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse do novo Membro, **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria**, que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que ficará apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação a minuta da Ata Número Oito datada de vinte e seis de junho de dois mil e catorze, dispensando-se a sua leitura em virtude de ter sido previamente distribuída. Foi dada a palavra aos Srs. Membros presentes para as intervenções que considerassem oportunas.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"As correções que eu tenho a fazer são correções ortográficas, é meia dúzia delas, não sei se valerá a pena, não sei se poderei dizer informalmente, é uma questão verbal."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É isso, agradeço, exatamente, exatamente, muito bem, muito bem, sim senhora, agradeço então."

Não havendo mais intervenções, **foi a ata aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (dezasseis da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).**

Período de Intervenção dos Munícipes

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

Não havendo intervenções passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

Iniciando o período informou a **Sra. Presidente da Mesa** que foram presentes à Mesa uma Saudação do BE, e três Moções – uma da CDU e duas do PS.

Saudação do BE *"Viva o 25 de Abril e o 1.º de Maio"*

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (dezasseis da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

A **Sra. Tânia Ramos do BE** iniciou participação nos trabalhos às 20,56 horas.

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Senhoras e Senhores Membro da Assembleia sobre esta Moção, por favor? Questões? Tem a palavra o Partido Socialista e depois PSD/CDS."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Jornalistas, Técnicos da Câmara, Público, Munícipes.

Nós em relação a esta Moção, quer a esta quer a Moção da CDU, já agora faço já a declaração para não ter que repetir, votaremos a favor porque são Moções sobre uma data que efetivamente que é o "25 de Abril", como nós dizemos na nossa Moção, é uma data de todos os portugueses, de todos e de todas que lutaram pela liberdade, pela democracia e que independentemente das variantes ideológicas deve de ser uma data comemorada e respeitada por todos e é só nessa perspetiva porque, quer numa Moção quer noutra, há uma linguagem e há uma terminologia que só por estarmos em ano eleitoral é que nós entendemos, não é necessário. Acho que é um dia que devemos fazer para que haja unidade e em que todos nos revamos naquilo que foi fundamental, foi a *"Democracia e a Liberdade",* mas votaremos a favor das duas Moções embora não nos revamos nalguns dos considerandos que elas comportam em si. Muito obrigado".

O **Sr. Mário Felicidade da CDU,** substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, iniciou participação nos trabalhos às 21,03 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada também, tem a palavra Maria Rosa Pinto, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Queria questionar a mesa, mas o Bloco de Esquerda diz aqui saudação, não diz Moção, se querem transformar isto numa Moção, se é sujeita a votação a Saudação? É só esse pormenor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim vamos votar, vamos votar, tratamos como Moção, é uma Saudação mas formalmente é uma Moção, pronto para efeitos de votos, mas nós também podemos votar Saudações, atenção."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Relativamente, nós pronunciamo-nos em cada uma das votações."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Desculpe, vão?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Pronunciar-nos-emos em cada uma das votações. Vão ser votadas uma a uma, não é?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, quer dizer, vamos lá a ver, sim vamos votar uma a uma, sim. Bem então sobre a Saudação do Bloco de Esquerda, mais algum considerando?"

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, sete do PS e dois do BE) e três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

" Uma declaração de voto é isso?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Efetivamente saudando o "25 de Abril" e o "1º de Maio" e sendo um dia que devemos comemorar, sobretudo os eleitos que tivemos a possibilidade de ser eleitos a partir do "25 de Abril", não podemos concordar com algum tipo de linguagem, e já aqui o dissemos aqui várias vezes, é essa a razão do nosso voto contra. Não contra o "25 de Abril" e o "1º de Maio", mas sim contra a linguagem que respeitamos é a opinião de cada um e portanto o nosso voto é contra por isso."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então passamos agora ao Partido Socialista, por favor para apresentar a sua Moção sobre o "25 de Abril."

Moção do PS *"41 Anos do 25 de Abril"*

Tomou a palavra o **Sr. Raul Cristóvão** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, então está aberta a discussão sobre esta Moção. Quem quer intervir? Tem a palavra Domingos Rodrigues."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigada Sra. Presidente. Através da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes. Nós poderíamos também não estar de acordo com algumas palavras que se põe, mas o fundamental para nós é que estamos com o "25 de Abril" e com o "1º de Maio". Como votamos anteriormente na proposta, na Moção do Bloco de Esquerda, iremos votar também favoravelmente porque votamos pelo "25 de Abril", pelo "1º de Maio" e não votamos contra o "1º de Maio" nem contra o "25 de Abril"."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais alguma intervenção? Tem a palavra o Carlos Vitorino, por favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Boa noite Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, demais Membros da Assembleia, Público, Comunicação Social, Funcionários, cumprimento todos de igual modo.

De referir que precisamente, porque nós defendemos também os valores de Abril e os valores do 1º de maio, votaremos favoravelmente esta Moção, que reflete de facto os valores do "25 de Abril" e do "1º de Maio". Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, mais alguma intervenção então? Não havendo vamos votar."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"E agora continua a ter a palavra o Partido Socialista, por acaso nós costumamos intercalar e eu acho que vou fazer isso. Agora dou a palavra à CDU, para a sua Moção sobre o "25 de Abril" e depois então passamos a um tema diferente que é do Partido Socialista."

<u>Moção da CDU "25 de Abril"</u>

Tomou a palavra o **Sr. Nidberto Paiva** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"E agora continua a ter a palavra o Partido Socialista, por acaso nós costumamos intercalar e eu acho que vou fazer isso. Agora dou a palavra à CDU, para a sua Moção sobre o "25 de Abril" e depois então passamos a um tema diferente que é do Partido Socialista."

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Está aberta a discussão sobre esta Moção, quem deseja intervir? PSD/CDS, tem a palavra Carlos Vitorino."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora novamente boa noite a todos, de facto não estando contra o "25 de Abril" nem contra o "1º de Maio" e saudando o "25 de Abril" e o "1º de Maio", há coisas nesta Moção em que não nos revemos, nomeadamente no parágrafo que diz: *"Hoje fruto do rotativismo entre o PS, PSD com ou sem a muleta do CDS, assistimos a um retrocesso civilizacional impensável."* Porque a verdade é que esta rotação existiu por vontade do povo, foi o povo através do voto que elegeu os Governos tanto do Partido Socialista como do Partido Social Democrata.

Portanto, por esta analogia, V. Exas. então estariam contra o povo, não sei, ou seja, aquilo que eu quero aqui dizer é que saudar o "25 de Abril" é saudar os valores da Liberdade que Abril nos trouxe, é saudar o fim da repressão fascista, é lembrar o período revolucionário, as conquistas que ocorreram, mas também algum excessos que se cometeram, é falar sobre tudo isso com paixão mas, também, com aquilo que a história nos diz, eu recordo-me que a Assembleia Constituinte foi sequestrada por um grupo de trabalhadores depois do povo ter votado livremente pela primeira vez.

Portanto há aqui várias questões que têm de ser, sim sequestrada Senhor Deputado e mais, havia Deputados que não tinha que comer e havia outros que tinham, até tinham direito a frango assado, sabe? Eu sei, sei dessas histórias e sei de muito mais, é que a minha mãe estava lá, era Deputada Constituinte do Partido Socialista, portanto eu sei quem é que tinha direito a frango assado e a quem não tinha, sei muita coisa Senhor Deputado, sei também que nem todos aqueles que votaram, sei também que nem todos aqueles que lutaram contra a ditadura eram favoráveis à democracia, portanto sabemos muita coisa, agora saudar abril é também debatermo-nos tudo isso.

Por isso nesta Moção nós vamo-nos abster, sendo que não é contra o "25 de Abril", nem contra o "1º de Maio", a saudar, tal como no "1º de Maio" concordo cem por cento com a questão dos trabalhadores e dos direitos dos trabalhadores vítimas da exploração capitalista internacional, basta ver hoje o que se passa na Ásia, desde a Tailândia à China, e a exploração que aqueles trabalhadores estão sujeitos, e à India, portanto é debater e é sobretudo isto que nós falamos. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Então vamos votar a moção apresentada pela CDU."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, sete do PS e dois do BE) e três votos abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora sim, devolvo a palavra ao Partido Socialista, para apresentar a Moção sobre o "Orçamento Participativo Jovem", tem a palavra Bruno Grazina, não é?"

Moção do PS *"Orçamento Participativo Jovem"*

Tomou a palavra o **Sr. Bruno Grazina** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada também. Sobre esta Moção quem deseja intervir? Tem a palavra a CDU, António Mestre por favor."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite a todos, Sra. Presidente na sua pessoa cumprimento todos os presentes, sem qualquer discriminação. om esta proposta em termos de documento é um documento válido, no entanto no nosso entender padece aqui de algumas informidades quer de forma, quer de local de apresentação.

Bom, em primeiro lugar talvez seja importante falarmos aqui um bocadinho de Orçamento Participativo. Para além do facto do reconhecimento do Orçamento Participativo no Concelho de Palmela ser um processo inclusivo, ou seja nunca houve a ideia de um processo estratificado de Orçamento Participativo, nem Orçamento Participativo Sénior, nem Orçamento Participativo Mulheres, nem Jovem, portanto a ideia é ter um processo inclusivo de participação e de estranhar, se calhar, algum desconhecimento do facto que no último Orçamento Participativo, que terminou há uma semana, algumas das propostas apresentadas tenham vindo efetivamente de jovens e alguns resultados da participação, também tenham vindo de jovens organizados ou que no ano passado apresentaram a titulo individual e este ano já o fizeram sobre a forma organizada de associações. Não é de estranhar que tal tenha acontecido no Pinhal Novo, onde se concentra a maior parte da nossa população jovem.

Por outro lado acho que a analogia aqui com o Conselho Municipal de Juventude, é claramente o sítio ideal onde esta proposta devia ser discutida até para não perder sentido quando se afirma aqui que os jovens estão afastados da decisão, eu acho que só um Conselho Municipal de Juventude é lá que esta proposta deve ser discutida entre os seus pares. Por essa razão, e por também ser aqui uma imposição à Assembleia, a criação de um Conselho com poderes de votação, é de relembrar que o Orçamento Participativo em Palmela é de caráter assumidamente consultivo, ou seja não pretende desvirtuar processo nenhum de decisão que já tenha sido votado pelos cidadãos jovens e não jovens deste concelho e que tenham sufragado uma proposta de programa.

Por essa razão e sem voltar, sem perder oportunidade de voltar à discussão, se for caso disso, a CDU votará contra recomendando que esta seja uma discussão feita entre os jovens no fórum ideal que é o Conselho Municipal de Juventude."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, mais alguma questão? Primeiro questões e depois já responde, está bem? Tem a palavra o CDS/PP, Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O sentido de voto, será o da abstenção, porque efetivamente dou razão nalguns dos pontos alegados pelo António Mestre. Efetivamente existindo um Conselho Municipal de Juventude, e fazendo nós parte do mesmo, penso que as tais propostas poderiam ser lá apresentadas, bem como ao executivo que também

dirige o respetivo Conselho. Portanto não vejo aqui o cabimento da deliberação através de uma Moção do ponto de vista formal.

Por outro lado independentemente do Orçamento Participativo ter participação, efetivamente, constatei nalguns casos, este ano infelizmente não pude acompanhar, mas penso que mesmo assim ainda teremos que dinamizar mais essa participação, talvez até através da internet e tudo mais porque nem toda a gente tem possibilidades muitas vezes de deixar o seu trabalho para fazer essa participação e também não nos podemos cingir mesmo que vão vinte ou trinta pessoas e seja uma boa participação, que isso seja uma vinculação para o total dos cidadãos eleitores, e não eleitores, alguns moradores. São ideias que o Executivo pode acolher, se bem que efetivamente o que é sufragado é o programa, mas como o Sr. Presidente também muitas vezes aqui diz o programa e o orçamento podem ser dinâmicos e portanto há alterações que podem ser feitas e serão.

Agora, a participação dos não jovens, ou dos jovens, a menor participação dos jovens, eu aqui também vejo extensível até aos próprios cidadãos, nós aqui na própria Assembleia Municipal, a título de exemplo, já tentamos dinamizar e aí já vou entrar um bocadinho ali, não na mesma opinião do António Mestre, a própria Assembleia Municipal precisa de ser dinamizada, nós tentamos isso desde o início até com aquela que o Bloco nunca mais falou nisso, mas que foi o Bloco que trouxe essa proposta, também muito me admiro de nunca mais a ter reivindicado e que todos aprovámos das Assembleias, pronto mas isso é outro assunto que não vou aqui, poderem ser assistidas pelos munícipes, como são nas reuniões de Câmara.

Portanto há muito a fazer, inclusive implementação das Comissões que ainda não funcionam desde há dois anos nesta Assembleia Municipal e portanto a participação tem muito que se lhe diga e acho que todos temos que aperfeiçoar essa participação, não só na juventude, mas eu aí também sou pelo contacto intergeracional acho que produz melhores efeitos, em todo o caso, cabe um papel iremos ter uma reunião este mês do Conselho Municipal da Juventude e, portanto, concordando com muitos dos pontos da Moção, iremos abster-nos pelas razões aludidas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Tem a palavra o PS, por favor Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito rapidamente no sentido de defender os princípios que estão nesta Moção e no sentido de chamar a atenção que a participação não se esgota em modelos. A participação só se pode esgotar no dia em que houver efetivamente níveis de participação que sejam significativos e que eles depois levem nas eleições a que não sejamos o terceiro concelho com maior abstenção.

Nós podemos ficar todos contentes porque temos muitas sessões participativas de participação dos cidadãos, quando objetivamente é preciso que a democracia funcione em pleno que é, num ato eleitoral, nas eleições, que são os dias grandes da democracia, nós estamos com sessenta e um ponto três de abstenção e sabemos todos que nas mesas dos mais jovens esta abstenção é muito maior. Eu não posso esquecer que nas últimas eleições quando cheguei a uma mesa, a mesa dos mais novos, às cinco da tarde havia oitenta por cento de abstenções e portanto estas situações são significativas, acho que todos temos obrigação, enquanto democratas, de fazer um esforço enorme para trazer mais gente à discussão, não é uma questão de estratificação, nem de género, nem de idade, nem social, é uma questão de que temos um problema efetivo e não podemos meter a cabeça na areia.

Há efetivamente um défice de participação jovem na vida pública, e na vida política, e essa não vale a pena meter a cabeça na areia. Não são as nossas reuniões que mostram o contrário, antes pelo contrário, são o facto de nós termos reuniões com jovens e todos nós fazemos encontros com jovens, e ainda ontem estive numa Assembleia em que dois terços eram jovens, a verdade é que isso não é e não dá a volta à questão de que o nosso distrito teve dois concelhos, de Sesimbra e Palmela, no pódio dos que tiveram maior abstenção. Há aqui um esforço, não de marcar agendas, mas sim de trazer mais gente sobretudo os mais jovens à discussão dos assuntos do seu concelho, das suas terras, das suas freguesias, dos seus locais de vivência, dos seus quotidianos, é isso que esta Moção aqui trás como objetivo não para fechar um processo mas para

abrir e dar início a um processo. É isso que se pretende, dar início a um processo e seremos responsáveis se não tivermos o cuidado de perceber que os jovens não precisam de paternalismo, mas precisam de espaço para as suas ideias, para desenvolver os seus projetos, para criarem as suas próprias dinâmicas, senão podemos correr o risco, meus amigos, de estar a hipotecar a própria democracia."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma…, sim, não, peço desculpa há uma intervenção ainda do Bloco de Esquerda, está bem? Carlos Oliveira, por favor tem a palavra."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado Sra. Presidente, eu pedi o uso da palavra para deixar só duas notas.

Em primeiro lugar nós sempre fomos recetivos a que haja uma abertura, que haja a participação cidadã dos munícipes a nível do Orçamento Participativo, nesse caso saudamos a iniciativa da Câmara Municipal de Palmela, que voltou a incrementar Orçamento Participativo.

Neste caso da Moção, que o Partido Socialista aqui nos apresentou hoje, saudamos a proposta que o Partido Socialista trás e achamos que ela induz os jovens a terem um sentimento de maior participação na democracia local e acho que é salutar quando se pede aos jovens que tenham iniciativa nas questões importantes da democracia local e não só agendar iniciativas no mês da Juventude ou outras que apenas apelam à participação de jovens, mas de um modo passivo.

Aqui os jovens estão a agir, estão a participar ativamente nas decisões do concelho e isso incrementando responsabilidades neles pode trazer, nesse aspeto nós saudamos a iniciativa do Partido Socialista em trazer aqui esta Moção, de facto mais participação democrática nos atos eleitorais do Município de Palmela. Nesse caso, nós vamos votar favoravelmente esta Moção. Muito obrigado."

O **Sr. Simplício Piteira da CDU** ausentou-se da sala pelas 21,33 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Agora sim, dou a palavra, por favor Bruno Grazina, desculpe."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Em primeiro lugar queria aqui saudar o reconhecimento, que creio que foi unânime, em relação à figura do Orçamento Participativo como instrumento de participação e de fomento da participação cidadã. Continuo convicto que havendo um défice de participação jovem que faria sentido criar este mecanismo. Aceitamos também a recomendação quanto à apresentação da proposta em sede de Conselho Municipal de Juventude, aliás já o iríamos fazer de qualquer forma e lamentamos é que a Moção venha ser rejeitada e neste aspeto eu creio que o importante é que nós cheguemos aqui a um acordo alargado sobre esta questão, se possível consensual, e nesse sentido pergunto às Bancadas se a transformação desta Moção numa Recomendação, caso seja feita uma Recomendação em vez de uma Moção, se nesse caso se as Bancadas estariam abertas a discutir nesses termos e a votar favoravelmente nesses termos?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra a CDU, António Mestre."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Bom, já antecipando-me em relação à proposta não quero deixar de fazer dois comentários prévios.

Em relação ao problema da abstenção inteiramente de acordo, mas também não me parece que o problema da abstenção se resolva com votações nem mesmo só com processos de Orçamento Participativo. Parece-me que o trabalho quotidiano, claro, trabalho quotidiano de cada um de nós, independentemente da bancada que representamos, é importante para incrementar a participação e não chegarmos aos eleitores de quatro em quatro anos com propostas milagrosas de solução.

Por outro lado, aquilo que se fala dos jovens e da participação, estou convicto e esta Bancada está convicta que a participação é um processo de educação e não é de estranhar que este município tenha implementado processos de participação preferencialmente com crianças e jovens. Processo ligado à UNICEF, no "Eu Conheço, Eu Participo" e que na semana de Freguesia de Palmela, como é do vosso conhecimento, deu frutos trazendo aqui uma turma que apresentou uma proposta essa sim verdadeiramente trabalhada entre eles, para eles, sobre uma área do território de Palmela que foi a Nova Palmela.

Portanto, verdadeiramente, um processo de educação para a participação e para a construção é naquele em que a gente se revê. A transformação de uma Moção, tal e qual ela está, numa Recomendação à Assembleia parece-me que não resolve coisa nenhuma. Acho que, efetivamente, há espaços de participação que devem ser respeitados entre os seus pares e cabe a esta Assembleia, também respeitá-lo. É nesse sentido que existe o nosso Conselho Municipal de Juventude, para discutir, para aprofundar a discussão e sim senhor os resultados disso poderão vir a esta Assembleia e serem sempre bem-vindos, depois de discutir entre pares. Mantemos o nosso sentido de voto sobre a forma da proposta, não sobre, mais nada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Rosa Pinto por favor, CDS/PP."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora o proponente, embora sendo o grupo do PS, e o subscritor da proposta levantou uma questão que nós iremos propor, efetivamente, transformando em Recomendação com alteração do último parágrafo, estaríamos disponíveis a votar favoravelmente."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Então em vez de Moção, será Recomendação e altera-se no último parágrafo. Onde se diz delibera passa a constar recomenda."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, esta é a nova proposta do PS. Alguma consideração sobre este? vamos votar então com esta sugestão de alteração agora apresentada, em relação ao conjunto da Moção, vamos votar."

Submetida a Recomendação a votação, foi a mesma rejeitada, por maioria, com doze votos a favor (sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE) e dezasseis votos contra da CDU.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Quer o quê? Desculpe-me? Uma declaração de voto, desculpem lá, há um pedido de declaração de voto por parte do PS."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Só apenas para referir que ficamos satisfeitos com o voto favorável, depois da transformação em Recomendação e que também lamentamos que, apesar desse esforço, a CDU não tenha, não se tenha querido associar a esta Recomendação. É só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra a CDU por favor, para uma declaração de voto."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Bom a nossa declaração de voto no fundo pretende resumir aquilo que dissemos sobre a forma como foi apresentada e aquilo que pretende alcançar e, essencialmente, por privilegiarmos os órgãos que estão para o debate interpares e é estranho que esta proposta venha aqui à Assembleia e venha falar dos jovens, quando por exemplo, no próprio Conselho Municipal, o PS manifestou grande resistência à participação de grupos informais de jovens, portanto é muito estranho, não é?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Estamos no tempo das declarações de voto, a discussão sobre este assunto acabou, desculpem lá, estamos no tempo das declarações de voto, já passou a discussão.

Pronto, desculpem, eu disse há bocadinho que tinha sido aprovado, não foi rejeitada, assim é que foi, foi rejeitada com os votos favoráveis das Bancadas, com exceção da CDU.

Pronto vamos passar à frente, terminámos a apresentação de Moções e Saudações, vamos agora então iniciar o período de intervenção livre das Sras. e dos Srs. Membros da Assembleia. Recordo que o tempo deve ser nosso amigo e não inimigo neste caso, e portanto pergunto quem deseja usar da palavra, neste período ainda antes da Ordem do Dia?

Tenho um pedido de intervenção do Bloco de Esquerda, por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Sra. Presidente, eu vou fazer uma pergunta diretamente à sua pessoa, não sei se depois o Sr. Presidente também pode dar também uma achega.

No início deste mandato, foi dito pela Sra. Presidente que faríamos, salvo erro, em cada ano uma sessão de Assembleia ordinária, numa das sedes de freguesia mais distantes da sede do concelho mas até ao momento isso ainda não se verificou. Gostaria de perguntar quando é que isso será possível, uma vez que já estamos a meio do mandato e ainda não tivemos qualquer sessão da Assembleia Municipal numa dessas freguesias, tanto na Marateca como no Poceirão, mais em concreto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, mais questões por favor? Tem a palavra Bruno Grazina."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Em primeiro lugar, queria aqui partilhar das preocupações levantadas pelo Sr. Deputado Carlos Oliveira, quanto à realização de Assembleias Municipais decentralizadas, pensamos que seria até importante visto que estamos na semana da Freguesia da Quinta do Anjo.

Seria importante que a Assembleia Municipal pudesse reunir de forma descentralizada e cremos que faria todo o sentido que esta Assembleia se realizasse na Quinta do Anjo. Lamento também que, até à data, ainda não tenha havido qualquer Assembleia Municipal gravada e divulgada publicamente, pensamos que

seria também do interesse dos munícipes e deixamos a sugestão de que essas gravações possam ocorrer o mais brevemente possível."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, mais intervenções? Tem a palavra o PSD/CDS, Carlos Vitorino."

O **Sr. Simplício Piteira da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 21,43 horas.

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Sra. Presidente, aduzindo às questões aqui colocadas, tanto pelo Bloco de Esquerda como pelo Partido Socialista, nós colocávamos aqui formalmente à Mesa, e à Sra. Presidente, a questão que ainda há pouco a nossa companheira e Líder de Bancada Maria Rosa Pinto colocou referente a se vai haver Comissões na Assembleia Municipal ou não vai? O entendimento da maioria é que não hajam Comissões? Ou não? Portanto era essa a questão."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor muito bem, mais questões? Mais intervenções? Peço desculpa, há um pedido do PS, creio, Ilda Fino."

A **Sra. Ilda Fino do PS:**

"Boa noite, os meus cumprimentos à Mesa e a todos os presentes. A questão é exatamente essa, para quando a constituição de Comissões? Conferência de Líderes? Já foi abordado aqui em diversas reuniões, reiteramos esta questão e referimos que nos termos do artigo trinta e três do Regimento da Assembleia Municipal está lá previsto que seria no início do Mandato e já decorreu dois anos e portanto urge resolver esta situação pelo que deixamos também isso à mesa, esse repto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, mais alguma questão por favor? Tem a palavra o CDS/PP, Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Relativamente a requerimentos que desde o ano transato enviámos à Mesa recebemos hoje alguns esclarecimentos que iremos analisar. Assim numa vista rápida que dei, não se encontram todos respondidos de modo que logo que recebamos formalmente, e oficialmente, este documento iremos enviar requerimento à Mesa. Em todo o caso desde já requeremos atento o atraso das atas também, é evidente que foi porque também esteve um funcionário doente, mas com o salário poupado da funcionária, da senhora funcionária, poderiam ter sido mandadas desgravar fora porque não ficaria mais caro. Em todo o caso desde já requeremos cópia das gravações das atas, esta Bancada requer e irá apresentar por escrito o requerimento, portanto cópia da gravação das atas em falta, e é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão? Não? Bem então sobre isto, primeiro uma pequenina correção a uma pequena imprecisão dos Srs. Membros da Assembleia, não façam o tempo passar mais depressa. Ainda não passaram dois anos, passou um ano e meio, ou seja daqui a seis meses falaremos de dois anos, é um pequeníssimo

pormenor, mas todas as Bancadas, isto é, as três Bancadas PS, PSD/CDS e Bloco referiram esse aspeto, ano e meio não são dois anos.

Relativamente à questão substancial, que é de facto a questão substancial associada a estas, a este pormenor digamos assim, que é das sessões descentralizadas, sim é verdade, nós de qualquer maneira entendemos, enfim, existem múltiplas razões, nomeadamente da própria logística da Assembleia Municipal, como é normal, que não tendo sido propícia à realização das sessão descentralizadas. Já agora dizer aos Srs. Membros que não se pense que vão ser associadas às Semanas das Freguesias, que deve de ser exatamente o contrário, não é?, as pessoas são fortemente solicitadas durante a Semana da Freguesia promovida pela Câmara, as pessoas são sobejamente solicitadas, têm uma Reunião de Câmara à noite, têm um espaço para participar na Reunião de Câmara e portanto a última coisa que me parecia razoável e digamos que apelativa é justamente colocar nessas semanas mais uma reunião à noite com a Assembleia Municipal.

E não vamos fazer de conta que isto é indiferente, não estou a dizer que é a razão, estou a comentar a vossa…, oiça podemos discordar à vontade, por isso é que está aí e eu estou aqui, portanto nenhuma questão, mas estou-vos a dar o meu argumento, não fiquem com a ideia de que, ou seja não venham na próxima sessão perguntar, no próximo mês quando a Câmara tiver a respetiva semana descentralizada porque não associamos à freguesia? Não o faremos assim, definitivamente.

Nós se queremos, ainda por cima, suscitar e apelar à participação das pessoas, então devemos procurar criar condições objetivas para que elas participem mais e isso é rodar e afastar de uma semana onde as pessoas já são solicitadas pelo menos uma vez à noite, pelo menos, mais as associações que têm reuniões com a Câmara e mais enfim outras entidades que também nessa altura são solicitadas.

Portanto, sim, mantemos a ideia de continuar a realizar sessões descentralizadas. Sim, assumimos que ia ser realizada uma sessão em cada Freguesia, foi isto que dissemos, dissemos que o ideal seria uma vez por ano, mas o objetivo é serem realizadas nas quatro Freguesias, não será uma vez por ano, não, não será, significa que um ano pelo menos terá que ter duas sessões, é isto que está acordado.

Relativamente às Comissões, nós tínhamos dito que viria em abril, na sessão mais adequada, dissemos isto aqui, eu disse isto aqui na última reunião, na sessão mais adequada, porque nós sabíamos que íamos ter duas sessões em abril, uma forçosamente ordinária e uma, enfim, embora extraordinária também prevista, com tempo não é? Que é como sabemos a sessão que deverá proceder à votação da incorporação do saldo.

Portanto a minha proposta, a minha proposta isto é, a minha, enfim, opinião neste caso é que na próxima sessão da Assembleia Municipal já agora prevista para o dia vinte e nove, nós discutamos as Comissões Permanentes. Provavelmente vou pedir aos Srs. Líderes das Bancadas que, entre uma semana e duas semanas, tenhamos uma reunião sobre este assunto para, basicamente, todos conhecermos a proposta.

Pronto, relativamente à questão das sessões divulgadas eu penso que o que tem existido são de facto problemas técnicos operacionais, não é?, relacionados com a divulgação das sessões e não outra coisa. Pronto é o que tenho de informação relativamente neste caso à Câmara Municipal cujos serviços têm essa tarefa cometida.

Depois os requerimentos, sim muito bem, pronto, é evidente com limitações, mas se não estiverem bem naturalmente aguardamos que sejam novamente suscitados. Penso que não me esqueci de nada pois nãod as questões colocadas à Assembleia?

Pergunto se há mais intervenções este período de Antes da Ordem do Dia? Então, não havendo, vamos terminar esta parte e eu vou passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para sua intervenção no primeiro ponto da ordem de trabalhos."

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Jornalistas, Sras. e Srs. Munícipes, caras e caros Técnicos trabalhadores do Município, boa noite a todos e a todas. Tentando sintetizar o que foi a atividade municipal neste período de dois meses a que se reporta o presente relatório começaria por dizer que foram meses de intensa atividade, que depois de um período de início do ano de planeamento rigoroso, de distribuição digamos das obras dos projetos das ações em termos de planeamento pelos vários trimestres do ano demos inicio à implementação do plano de atividades para 2015. Empenhados no reforço da política de participação cidadã que defendemos, demos início, em março, ao ciclo de Semanas das Freguesias, um projeto que aposta na proximidade do Poder Local às populações e as forças vivas de cada freguesia. Este ciclo, a decorrer até julho, teve início em Palmela, com um extenso programa de trabalho descentralizado, desenvolvido com o Executivo da Junta de Freguesia, bem como com empresas, associações, instituições particulares de solidariedade social, escolas, equipamentos de saúde e com os cidadãos e cidadãs da freguesia.

Março foi, também, palco de diversas iniciativas que pretenderam, a pretexto das comemorações do Dia Internacional da Mulher, motivar os diversos públicos a refletir e a debater questões ligadas à promoção da Igualdade de Género no concelho de Palmela.

Dando continuidade aos objetivos de qualificação dos espaços de trabalho e de promoção da segurança dos trabalhadores e trabalhadoras do Município, concluiu-se a substituição de uma primeira fase das coberturas em fibrocimento dos Armazéns Gerais. Continuou, também, a distribuição de vestuário de trabalho, calçado de segurança e equipamento de proteção individual, bem como a distribuição e reposição de material de primeiros socorros pelos serviços e viaturas municipais.

A Academia da Proteção Civil, entretanto está já, perfeitamente implementada e com um forte programa de formação e promoção de uma cultura de segurança. Além de ações sobre medidas de autoproteção e comportamentos seguros em caso de emergência, direcionadas para a comunidade educativa e para os/as trabalhadores/as da Junta de Freguesia de Palmela, a Academia coorganizou, com o Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal, as IV Jornadas Distritais de Prevenção e Segurança em Ambiente Escolar, que decorreram em Palmela e incluíram uma formação de noções básicas em primeiros socorros.

Na área da Educação, deu-se cumprimento, durante este período, à substituição da cobertura em fibrocimento do refeitório da Escola Básica de Palmela n.º 2, numa intervenção que ficou concluída a 2 de abril, e criou-se uma passagem coberta entre o edifício principal e o refeitório do Jardim de Infância de Vale da Vila.

A integração da população de idade maior, através de iniciativas intergeracionais e do contacto com as novas tecnologias de informação, são alguns dos principais objetivos que presidem ao projeto municipal "Clique Sem Idade". No período em apreciação, este projeto conheceu um forte incremento e, além do início da oficina "Iniciação ao *Word* e à *Internet*", tem mobilizado cidadãos e cidadãs em nome individual e utentes das nossas IPSS para um conjunto de atividades, em colaboração com os jovens das nossas escolas, sobre temas como segurança na net, importação de fotografia digital para o computador, gastronomia, partilha de memórias e saberes e a construção de flores em materiais de desperdício, com vista à criação de uma instalação artística no Dia da Família.

Destaque, também, para a atribuição de um apoio financeiro, no valor de 25 mil euros, à Associação dos Idosos e Reformados de Poceirão, no âmbito da obra, em curso, de adaptação da Escola do Forninho para o funcionamento das respostas de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

No que concerne ao acompanhamento do Parque Habitacional Municipal, que responde sobretudo na área social o Município tem vindo a intervir, beneficiando as habitações, e entregou neste período, dois fogos em regime de renda apoiada – um para realojar uma família e outro em substituição, adequando a tipologia ao agregado que, entretanto, aumentou.

A obra do Espaço Cidadão, no Centro Histórico de Palmela, está a decorrer a bom ritmo, e o Parque Venâncio Ribeiro da Costa foi alvo de algumas intervenções de reparação e beneficiação. Entretanto, está em curso a requalificação da rotunda do Chafariz D. Maria I.

Na Rua de S. Julião, encontram-se em fase de conclusão os trabalhos de execução do prolongamento da rede de águas residuais domésticas e respetivos ramais de ligação doméstica. Concluiu-se, entretanto, a limpeza geral de linhas de água no concelho. Ainda a propósito da Rua de S. Julião, aditaria que para além desta empreitada que foi já devidamente explicitada, não tem que ver com rotunda, um investimento à parte, trinta e sete mil euros, o município aproveitando a abertura de valas e intervenção no local, está também não vem aqui referenciado talvez por lapso, a remodelar mais de duzentos metros de rede de água naquele local.

Dando sequência ao calendário de celebração de efemérides ligadas à sensibilização para o ambiente, o Município aderiu às iniciativas "Hora do Planeta" e "Primavera Biológica" e assinalou o Dia Mundial do Ambiente com um programa fortemente vocacionado para a comunidade educativa. O projeto "Hortas Comunitárias do Concelho de Palmela" passou à segunda fase, com a implementação da Horta Comunitária de Palmela, na urbanização Serra Grande, e o início da formação em agricultura biológica para os participantes no projeto.

No período também se, procedeu-se ao tratamento contra a praga da lagarta do pinheiro, através de microinjeção e também de pulverização, em 166 pinheiros na Quinta do Padre Nabeto, em Venda do Alcaide e junto à Ecopista de Pinhal Novo. Porque falamos em ecopistas, é de salientar, também, a conclusão da primeira fase do projeto supramunicipal Ciclo7, coordenado pelo Município de Palmela, que visa a criação de uma rede ciclável em toda a Península de Setúbal, candidatura esta entregue no âmbito da Estratégia Desenvolvimento Integrado para a Área Metropolitana de Lisboa.

A propósito do período de pausa letiva das Férias da Páscoa, o Museu Municipal concebeu um programa de ocupação de tempos livres, sob o tema "Modos de ver e escrever o mundo", que contou com a participação de quatro dezenas de crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos. A importância da liberdade e do respeito pelo outro e pela diferença de pensamento foi o principal mote deste trabalho, que promoveu uma reflexão sobre a religião e conduziu estas crianças pelo Centro Histórico de Palmela, à descoberta dos locais que testemunham a presença das religiões islâmica, judaica e cristã na vila, ao longo dos séculos.

As comemorações do Dia Mundial do Teatro, com a participação dos grupos de teatro de amadores do concelho e vários espetáculos em estreia, também mais uma edição da Noite de Serenatas em Poceirão, numa iniciativa comunitária que voltou a mobilizar os agentes culturais do concelho, o desfile de Carnaval em Pinhal Novo, que atraiu centenas de espectadores, e o acolhimento do espetáculo "PIC NIC" pela Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo, ao qual assistiram três centenas de crianças do ensino pré-escolar, são algumas das iniciativas que marcaram a vida cultural do concelho, durante os meses de fevereiro e março. Durante este período, o Município reuniu com o Movimento Associativo, para apresentar e esclarecer dúvidas relacionadas com o novo Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, e aprovou um Protocolo de Cooperação a celebrar com a Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros", a propósito do Festival Internacional de Música "Palmela, Terra de Cultura".

É de destacar, ainda, a realização do evento FIAR Abrigo no Centro Histórico, uma parceria da autarquia com a FIAR Associação Cultural, e a participação de grupos locais, que permitiu retomar o trabalho conjunto de dinamização cultural e lançar as sementes para a próxima edição do Festival Internacional de Artes de Rua, a decorrer em 2016.

Março é também, tradicionalmente, o mês dedicado à juventude, e a 20ª edição do "Março a Partir" permitiu-nos partilhar e desfrutar do trabalho desenvolvido com e pelas 48 entidades - associações juvenis, grupos informais de jovens e organizações que trabalham com esta faixa etária – que integraram o projeto no presente ano. No total, foram 58 as atividades promovidas em todo o concelho, em áreas como a o

teatro, a música, o desporto, o cinema, a dança ou o empreendedorismo, que, até ao final de março, registaram a participação de mais de quatro mil pessoas, estendendo-se as atividades pelo mês de abril.

O Espaço CAVE, em Pinhal Novo, assume, já, o seu papel enquanto equipamento especialmente vocacionado para apoiar os jovens artistas locais e acolheu, no período em apreciação, oito projetos musicais, que aí desenvolveram 19 ensaios, num total de oitenta e nove horas de trabalho.

Ainda na área da juventude, agora em contexto escolar, 1.300 alunos e 120 docentes das Escolas Básicas Hermenegildo Capelo, José Maria dos Santos e José Saramago, bem como das Secundárias de Palmela e de Pinhal Novo, estiveram envolvidos no primeiro período da fase interescolas dos Jogos Desportivos Escolares 2014/2015. Foram doze as iniciativas realizadas, em diversas modalidades, naquele que é um dos momentos mais altos da vida desportiva em contexto escolar também deste concelho.

Mas o desenvolvimento desportivo não decorre só em contexto escolar e a Câmara e as associações apostaram, neste período, na realização de um vasto conjunto de iniciativas, de caráter local e regional, que contribuíram quer para aprofundar a prática e o palmarés competitivo dos atletas e equipas do concelho, quer para a saúde e bem-estar das populações. Assim além da atividade regular de programas como o "50+", o "Viver Mais, Viver com Autonomia" ou o "Mexa-se em Palmela", permitam-me que destaque iniciativas como o Torneio de Carnaval de Palmela em Basquetebol, com 192 participantes de equipas de topo na modalidade, o vigésimo sétimo Passeio Cicloturista de Pinhal Novo, com 415 participantes, o décimo quarto Festival Infantil de Ginástica, com 351 participantes, o Torneio do Concelho de Palmela de juvenis em Judo, que reuniu 248 judocas, e o Convívio para Benjamins A em Pavilhão, com 26 pequenos e pequenas atletas.

Município continua a investir na qualificação da extensíssima rede viária do concelho e concluiu a pavimentação da Rua do Aviário, na Lagoinha, bem como a empreitada de sinalização horizontal em estradas municipais. Refira-se que esta empreitada é uma pequena empreitada não tem que ver com a empreitada do ano que entretanto está em apreciação final de propostas. Foi, também, executada uma ação de reordenamento de circulação de trânsito na Av.ª Rainha D. Leonor, em Palmela, que permitiu reforçar as condições de acessibilidade dos peões e criar uma bolsa de estacionamento com cerca de quatro dezenas de lugares. Encontram-se em fase de conclusão o novo acesso à Estação da REFER, em Venda do Alcaide, e a rotunda na Estrada Nacional 379.

Conhecidas as grandes dificuldades à contratação e a forma como as equipas municipais – em particular, nas áreas operacionais – têm diminuído, nos últimos anos, parece-me determinante continuar a realçar o imenso e excelente trabalho que os trabalhadores e trabalhadoras da autarquia continuam a assegurar, por administração direta, em particular, nesta área. Assinalam-se, assim, ao longo destes dois meses, mais de centena e meia de intervenções em todo o concelho, da reparação de vias à execução e reparação de calçadas, da limpeza de bermas e valetas à execução de passagens hidráulicas, entre muitas outras.

Os objetivos de desenvolvimento económico e de promoção turística continuam a caminhar de mãos dadas, no concelho de Palmela, com vista a um território cada vez mais atrativo e preparado para responder aos novos desafios. Foi com base nesta premissa que o Município voltou a participar na Bolsa de Turismo de Lisboa – que é o maior certame de cariz turístico do país – promoveu a sua oferta junto de um público nacional e internacional interessado, com destaque para os operadores turísticos e outros profissionais do setor. No decorrer da BTL, celebrámos, com o Município de Silves, um protocolo de cooperação que já começou a dar frutos, nomeadamente, no que respeita à promoção do Festival Queijo, Pão e Vinho no Algarve.

E porque falamos do Festival, a 21ª edição concretizou-se, uma vez mais, em parceria com a ARCOLSA e registou dezasseis mil visitantes, com os cinquenta expositores a sublinharem as boas vendas e a oportunidade de contactarem com novos públicos. Além do Festival, a promoção dos nossos produtos locais de qualidade foi alavancada, também, neste período, pelos Fins de Semana Gastronómicos dos Enamorados e do Queijo de Ovelha, no âmbito do programa "Palmela, Experiências com Sabor!".

No que respeita ao apoio a empresas e promoção de investimento no concelho, sublinhasse a implementação do sistema de Áudio-guias no Centro Histórico de Palmela, bem como a sessão de trabalho com empresários para divulgação de oportunidades de investimento em Cuba, promovida pela Embaixada e com a Câmara de Comércio Portugal – Cuba. Foi, também, celebrado um protocolo com a Associação Tempos Brilhantes, referente à criação de uma incubadora de empresas, e está a decorrer a segunda Ação de Formação e *Coaching* em Empreendedorismo, recurso que, na sua primeira edição, se revestiu de grande importância no desenvolvimento e implementação de projetos de negócio, como o caso da empresa ligada aos sistemas de Áudio-guias e que, além de Palmela, chegou, também, já, a outros concelhos da Península de Setúbal. Permitam-me que realce, ainda, a entrada em funcionamento do Café-esplanada no Castelo de Palmela, Bobo da Corte, passo a publicidade cujo processo acompanhámos e que está a qualificar a experiência de quem visita o monumento.

A participação cidadã continua a ser objetivo transversal à atividade do Município, e além das Semanas de Freguesia, em curso e já referidas, gostaria de destacar o trabalho desenvolvido com as crianças, no âmbito do projeto "Eu Participo!". Em março, uma turma da E.B. Joaquim José de Carvalho – aqui ao lado – apresentou, publicamente, a sua proposta de reabilitação de um parque na urbanização Nova Palmela, para adaptação aos diversos públicos... uma, proposta que a Câmara Municipal está a analisar para posterior discussão com a população e que nos deixa confiantes no futuro, pelo interesse e seriedade com que estas crianças pensam e intervêm na sua comunidade.

Ainda a propósito da intervenção da comunidade, a solidariedade manifestou-se do concelho, manifestou-se mais uma vez, na participação na campanha desenvolvida a favor das crianças da Ilha do Fogo, em Cabo Verde, devastada pela erupção vulcânica do ano passado. Além de todo o material médico, escolar e de resposta básica, já enviado pelo Município, esta campanha veio responder às necessidades identificadas por quem está a trabalhar no local. Até ao final de fevereiro, foram recolhidos e enviados 180 quilos de farinhas lácteas e 250 embalagens de toalhitas para bebé, para além das dezenas de caixas com outros materiais que já o município tinha enviado.

Solidário, dinâmico, empreendedor e participativo, é este o retrato do concelho de Palmela que podemos fazer, com base nestes dois meses de intenso trabalho e que, aqui, procurei sintetizar, com a certeza de que, além das intervenções e iniciativas concluídas ou realizadas durante este período, muito mais foi preparado e projetado pelas nossas equipas, e chegará, brevemente, ao terreno. Disse Sra. Presidente, estou ao dispor para os esclarecimentos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia questões a colocar ao Sr. Presidente da Câmara? Temos um pedido de intervenção do PS, tem a palavra José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Sra. Presidente, boa noite Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Caros Colegas da Assembleia Municipal uma boa noite a todos, ao Público, aos Jornalistas, aos Técnicos da Câmara Municipal que aqui estão.

Uma intervenção muito breve, diria minimalista, em face de dois meses em que, efetivamente, de acordo com aquilo que é aqui traçado e de acordo com o planeamento rigoroso, se deu início à implementação do Plano de Atividades de dois mil e quinze e estou a citar o Senhor Presidente da Câmara. Tive ocasião de comparar este primeiro mês, o primeiro mês que tínhamos aqui visto durante o mês de fevereiro e estes dois, enfim não há muita coisa de novo, de relevante, por assim dizer.

Duas notas, saudar a retirada do fibrocimento do refeitório da Escola Básica de Palmela, penso que já era tempo de ser feito e por outro lado li no relatório que foi retirado o fibrocimento, substituição das coberturas fibrocimento dos armazéns gerais. Da sua intervenção percebi que havia uma segunda fase que não consta neste relatório, portanto foi só uma primeira fase que foi retirada, pronto muito obrigado.

Presumo, de acordo com a página quarenta e seis do relatório, que terminámos o cinema no Pinhal Novo ou é uma questão pontual ou é definitivo? Não se conseguiu chegar a acordo com as distribuidoras ao fim de tantos anos e tanta conversa sobre a perspetiva do cinema? Gostava de ter uma perspetiva sobre aquilo que aconteceu efetivamente.

Em termos financeiros, enfim, o orçamento é curto, propositadamente curto, estamos a receber menos, cerca de um ponto dois milhões em relação ao ano anterior, estamos a pagar um bocadinho pior, não significativamente, sim, cerca de duzentos mil euros a menos em termos de pagamento. Oiça estou a reportar-me aos números, a sua ideia será outra, os números dizem isto e portanto estamos a receber menos cerca de um ponto dois e estamos a pagar pior, ou seja pagámos menos durante estes três meses do que tínhamos pago nos três meses anteriores ou do ano passado melhor dito.

O IMI, o orçamento não é tão diferente assim, não pode dizer que o orçamento é diferente porque o orçamento não é tão diferente assim. Aliás basta perceber o que é um e o que é outro e o que pretende um e o que pretende o outro. O IMI nestes três meses já colocou nos cofres da Câmara meio milhão de euros, pouco mais de meio milhão de euros, e, portanto, aquilo que se passou o ano passado com esta entrada de dinheiros relativos ao IMI, sem que cada um dos munícipes acabe por pagar o seu IMI efetivo, nos meses de abril, novembro e por aí adiante não foi o fenómeno do ano anterior, é um fenómeno que aparentemente é recorrente e será recorrente daqui para a frente, veremos efetivamente este comportamento.

Depois, tive ocasião de reparar no quadro da página sessenta e três, que é um quadro novo relativamente aos financiamentos externos, enfim, o quadro é novo, os financiamentos são genericamente aqueles que já estavam todos eles assumidos no relatório de fevereiro, mas penso que é relevante o facto de ter aparecido e acompanharei com o seu desenvolvimento com algum interesse, face a todos estes financiamentos externos em que a Câmara se propôs concorrer, e perceber até que ponto a capacidade empreendedora e a capacidade de sedução e de empreendedorismo instituído pode trazer alguns benefícios ao concelho.

Por outro lado aparece o Programa de Mecenas, já no último relatório tinha aparecido, eu não falei dele, enfim, não queria falar muito, aliás eu acompanhei o Programa de Mecenas de Setúbal logo de início, até porque participei numa série de reuniões a outro título, e percebi que funcionamento tinha e o que é que preconizava. Penso que conheceram os erros que foram cometidos em Setúbal e, portanto, que este programa de mecenas terá eventualmente alguma capacidade para ser um pouco melhor gerido em face daquilo que são os exemplos do outro lado.

A única pergunta que eu tinha era, no relatório de fevereiro dizia-se que já se tinham efetuado quatro reuniões, até ao final de março não há nenhuma menção, ficou-se por essas reuniões? Há algum desenvolvimento de trabalho em face das primeiras reuniões existentes ou as coisas estão um pouco em standby?, por assim dizer, e era só. Muito obrigado Sra. Presidente."

Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Membro da Assembleia. Srs. Membros outras intervenções por favor? Tem a palavra o PSD/CDS, Rosa Pinto por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não irei fazer assim uma explanação muito alongada, embora aqui houvesse, queria levantar aqui uma questão, na questão da iluminação existe aqui efetivamente uma lista de obra feita.

Na ata que hoje aprovamos, na altura e, portanto, foi datada de vinte seis de junho de dois mil e catorze, dizia o Sr. Presidente, sobre a substituição das lâmpadas, foi anunciado que há um compromisso com a EDP e com o Sr. Vereador do Pelouro de proceder à substituição de lâmpadas de mercúrio por vapor de sódio e que aqui no caso vertente era sobre a Quinta do Anjo, mas extensível às outras freguesias, são algumas centenas e esperamos que a EDP cumpra se calhar com alguma atraso dizia-se então. Gostava que o Sr. Presidente, face ao mapa apresentado, se nos podia dar algum esclarecimento sobre esse assunto.

Relativamente a algumas obras nas vias congratulamo-nos com isso, continuo a lamentar ter que discordar sobretudo relativamente à estrada dita da Coca-Cola porque são pequenas reparações que aparecem aqui

como reparações e contínua intransitável e com uma placa a dizer, há mais de doze anos, que a estrada não está em condições, uma placa da Câmara Municipal, efetivamente já o dissemos várias vezes.

Em todo o caso sugerimos também numa Assembleia Municipal anterior, relativamente à posição, que naquela via que vai dar à rotunda na saída de Quinta do Anjo, mas ainda hoje vinha ali da Estação de Caminho de Ferro da Quinta do Anjo, se passasse a mesma coisa. Quando chove ficam as vias inundadas, não se consegue sequer ter a noção se vai na faixa da direita, se vai na faixa da esquerda. Eu sugeria, e já sugerimos várias vezes, a reposição de traços pelo menos, não é? Penso que era um trabalho urgente, esse é algum exemplo, mas com certeza a Câmara terá a sua análise para fazer isso. Em todo o caso continuam essas vias, quando chove apresentando grande perigo para a circulação, como já aqui apontámos por diversas vezes. Relativamente a esse mapa, que vem aqui, sobre a substituição e reforço de iluminação pública, o que eu queria perguntar era se estavam contemplados os tais acordos com a EDP ou se são extra acordo, relativamente ao mapa da página cinquenta e três.

Há aqui uma comunicação relativamente aos contratos celebrados pessoas abrangidas pelo CEI e pelo CEI+ - (Contratos de Emprego-Inserção), os dados que eu tinha relativamente e até outubro de dois mil e catorze era que a Câmara de Palmela tinha efetuado ao abrigo do CEI, nove contratos e ao abrigo de CEI+ zero contratos, isto até dados oficiais do Ministério da Solidariedade e portanto vejo aqui que a Câmara entretanto celebrou mais, salvo erro, três contratos desses, relativamente ao período, neste período não é, gostava dessa clarificação.

Relativamente à execução orçamental e ao orçamento, mantemos a nossa posição sobre o que dissemos aquando do orçamento salientando, no entanto, que a verba recebida de IMI, frisando novamente, foi bastante superior e este ano pensamos que também será e, portanto, aí concordo, também, com os comentários do meu colega de Assembleia José Carlos. Eu tinha aqui algumas questões, vi aqui mais um processo sobre responsabilidade extra contratual que terá sido interposto à Câmara Municipal de Palmela do ponto de vista do Tribunal, penso eu."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Qual é a questão Sra. Membro da Assembleia? Qual é a questão?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"A questão é que existe mais um processo judicial contra a Câmara, é isso?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Temos muitos, vários e nós também temos contra…."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Como o Sr. Presidente uma vez sugeriu e para não estar aqui a discutir isso depois pediremos, solicitaremos as necessárias informações. Congratulamo-nos com a realização da " Festa do Pão, Queijo e Vinho", e não vamos dissertar muito mais porque, efetivamente, relativamente a eco pontos e às reparações dos abrigos de passageiros continuamos a aguardar a reparação de algumas delas, embora sendo constatado que já foi procedida a reparação de algumas, e é tudo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais alguma intervenção por favor? Questões ao Sr. Presidente? Mais algum pedido de intervenção? Então vou dar a palavra ao Sr. Presidente, não vejo outras questões colocadas. Sr. Presidente da Câmara se quiser."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigada Sra. Presidente. Respondendo às questões suscitadas pelos Srs. Membros da Assembleia, Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, obviamente fibrocimento, estabelecimento escolar, tal como havíamos dito tínhamos apenas uma situação que, apesar de devidamente inspecionada e não oferecer perigo dado que não havia qualquer fissura naquela cobertura e para além de haver forro e teto falso, nós entendemos no âmbito do programa de reabilitação e requalificação daquele equipamento educativo, que aliás tem vindo a ser discutido e foi recentemente discutido com o Corpo Docente, o Agrupamento, a Associação de Pais, os próprios auxiliares tiveram numa reunião muito participada e muito interessante, entendemos em boa hora também aproveitar e fazer esta retirada e esta intervenção.

No que diz respeito ao trabalho que está a decorrer nos armazéns gerais foi terminada uma primeira fase e, tal como referi aquando da aprovação do plano, para este ano temos dotação para continuar nas fases seguintes e é isso que estamos a planificar. Não conseguimos é fazer o lançamento de todas as empreitadas, pequenas ou grandes, em simultâneo mas é esse o trabalho de planeamento que está a ser feito.

Depois quanto ao Programa de Mecenas, Sr. Membro, naturalmente houve muitas outras reuniões. O relatório nem sempre dá à exaustão, e com todo o pormenor, o conjunto de reuniões com várias entidades, mas talvez isto que lhe vou comunicar possa-lhe dar uma ideia porque houve reuniões, e houve reuniões consequentes, porquanto nós não metemos no relatório porque já é uma aprovação de abril, se não estou em erro, houve aprovações de doações na ordem dos dez mil euros para financiar vários projetos municipais e alguns também em pareceria com a comunidade. Relativamente ao comentário com programas de outros concelhos, não conheço, não pretendo conhecer, nem tenho nada a referir. O nosso penso que é único, tem uma metodologia que me parece muito interessante e parece estar a funcionar.

Depois quanto às questões, termos financeiros, etc., etc., e eu aqui respondia já também à Sra. Membro da Assembleia que esta questão da obsessão com o IMI e tal, a gente às vezes até vê coisas que mais ninguém vê. É que os Srs. tiveram dificuldade em ver, ou admitir, lá está, são os números como o Sr. diz é que efetivamente é inferior ao igual período do ano passado, é inferior o IMI, é inferior a Derrama, é inferior o IMT e é inferior o Imposto de Circulação.

Eu quero dizer que nesta rubrica dos Impostos Diretos, é esta que certamente iremos debater daqui a pouco quando fizermos a prestação de contas, se calhar é importante ficarmos com este número, é que relativamente a período homólogo do ano passado temos uma arrecadação de receita de menos de trinta e oito virgula quinze por cento, isto só comprova aquilo que temos vindo a dizer. Nós fazemos muitos exercícios da projeção do IMI, consultamos o site diariamente do que é que temos a receber e nem sempre as coisas batem certas e isso só vem confirmar a prudência que tenho falado. Obviamente este ano receberemos menos de IMI, até porque aprovamos uma redução ainda não aquela que gostaríamos, mas fica para o próximo ano o compromisso, mas não tenhamos ilusões porque vai haver aqui surpresas na arrecadação da receita neste ano. Desde logo no IMT, que ainda por cima é o tal imposto que algumas forças políticas querem acabar com ele, mas também na Derrama e antes assim não fosse, não é por causa das receitas do município é que isto seria revelador de uma maior e melhor saúde financeira do nosso tecido económico. Portanto os números estão na página sessenta e sete Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, porque falou das verbas do IMI diretamente.

Sobre a iluminação pública são duas questões distintas. A listagem que aqui temos, Sra. Membro da Assembleia, diz claramente que são adjudicações que o município faz, portanto o município quer mais iluminação, quer um prolongamento, quer uma reabilitação, analisa, vê da justeza dos pedidos dos cidadãos, da juntas, do conforto que é necessário ter naquelas vias e dentro do orçamento que tem adjudica. Nuns casos pagamos a cem por cento e noutros pagamos a cinquenta por cento, depende do tipo de intervenções e está devidamente clarificado no contrato de concessão com a EDP.

A questão da substituição das lâmpadas de mercúrio por vapor de sódio, tive a oportunidade de constatar a D. Jorge de Lencastre e não só, praticamente no centro da aldeia. Essa alteração foi feita mas no resto da freguesia há muito a fazer, nomeadamente na estrada de Vila Amélia onde aliás eu e o Sr. Vereador temos falado na necessidade de reforçar a iluminação daquele local até por questões de segurança e como lhe disse confirma-se algum atraso da EDP nessas e noutras matérias. Hoje conferindo o assunto numa reunião de trabalho com a Junta de Quinta do Anjo, em que estava presente o Sr. Vereador, tivemos a oportunidade

de verificar que uma obra, e nós estamos dispostos a pagar, com pedido de orçamento no dia quatro de dezembro de dois mil e catorze, hoje ainda não tínhamos o orçamento e queríamos prestar contas à Junta de Freguesia na reunião de trabalho e não tínhamos o orçamento e tivemos de telefonar a perguntar o que é que se passa e, portanto, isto tem que ver com outras questões. A empresa, de facto, não responde, mas isso discutiríamos um dia esses processos de privatização para se perceber o que é que nos espera com outros processos da mesma natureza, e é para pagar não é pedir nada é que não é a questão de exigir o cumprimento do contrato de concessão que eles não cumprem, porque esta questão das lâmpadas de mercúrio havia uma diretiva da União Europeia que era para isto estar tudo retirado até final de dois mil e treze mas, vá-se lá saber por que carga de água, após a privatização e a venda da EDP alguém conseguiu que isto fosse dilatado no tempo. Não sou acionista, antes fosse, era sinal que era público e também tinha direito ao voto.

Muito bem, obras nas vias estrada dita da Coca-Cola, dos Quatro Castelos, de Vila Amélia, do Xavier de Lima, que diz que a estrada é dele, olhe o que lhe posso dizer Sra. Membro da Assembleia é que há mês e meio que faço aquela estrada muitas vezes por semana, temos reunido frequentemente com empresas naquele local, temos tido sessões de trabalho no local, tivemos intervenções muito antes da preparação do certame do "Queijo, Pão e Vinho", de beneficiação, de reforço de sinalização, pedido de iluminação, limpeza de bermas, etc., e posso dizer-lhe que as vezes que lá passamos, hoje mesmo passamos duas ou três vezes, a estrada está, aliás até acho que se transita lá a velocidade exagerada para o nível de conforto da via.

Agora quero dizer às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia aquilo que tenho dito, é que nós no plano de conservação da rede viária temos previsto após o reforço da Revisão Orçamental, virá também a este fórum, irmos fazendo troços de repavimentação e temos sinalizados quais os troços mais necessários. Iremos beneficiar a pouco a pouco, o pavimento da via sendo que a questão da drenagem pluvial é algo muito complexo e que continuamos a estudar do ponto de vista técnico com outros parceiros, que têm responsabilidades no terreno desde logo no seu emparcelamento etc., etc., porque grande parte dos problemas pluviais só se resolve com bacias de retenção, não é? E isto não é uma coisa nem de há dez, nem de há vinte, nem de há trinta anos. Quem conhece o antigo Pinhal das Marquesas, e que na sua infância ia para ali e eu só conhecia lá o restaurante dos Quatro Castelos, sabe que aquilo foi tudo replanado e que desapareceram as linhas de água, não é?, fruto de outras coisas e de outros tempos.

Hoje conhecemos as soluções, conhecemos os orçamentos e digo-lhe é completamente inviável fazer aquilo que temos no plano de pormenor de Vila Amélia a não ser que queiramos investir trinta e dois milhões na infraestruturação de um loteamento que alguém depois vai vender ao preço do ouro e infraestruturado. Temos de ir por fases e é isso que estamos a discutir com alguns agentes do território que tendo assumido o risco, porque quando se instalaram ali sabiam qual era o nível de infraestruturação e ninguém lhes prometeu também outra coisa, estão hoje connosco até disponíveis para construir soluções no terreno.

Quanto à sinalização horizontal, Sra. Membro da Assembleia nós temos uma extensa lista de trabalhos do ponto de vista técnico definidos pelos nossos técnicos como prioritários, de guias, de faixas centrais, de passadeiras por aí a fora para fazer em todo o concelho. Gastámos um restinho da tal empreitada que vem aqui dada como terminada, temos uma a fechar dentro de uma semana que está para análise de propostas, é uma coisa de mais cinco dias úteis, de vinte mil euros para a sinalização horizontal e temos previsto já um reforço, também na Revisão Orçamental, de outro tanto e, portanto, as pinturas não se fazem todos os anos ou melhor faz-se pinturas todos os anos mas não se pinta as vias todas todos os anos. Estamos atentos àquelas que podem oferecer maior perigosidade e procuraremos ir a todo o lado mas esgotaremos certamente, e bem, porque todas as zonas são prioritárias nesta questão da sinalização e dos cuidados de segurança com o trânsito, procuraremos chegar também aí.

Sobre a questão dos CEI's, eu queria dizer a V. Exa. que os números que aí estão obviamente podem padecer de alguma desatualização, mas Sr. Membro da Assembleia também sabe que os CEI's têm uma duração, não é? Extinguem-se os contratos de uns e há outros contratos abertos, agora o que lhe posso dizer é que, paulatinamente, vamos terminar com os CEI's. O que nós queremos é contratar pessoas e esta Assembleia autorizou-nos a abrir contratos, a abrir concursos aliás, nós já dissemos que temos mapa, que temos dinheiro, mas as sucessivas leis do Orçamento de Estado continuam a penalizar quem cumpriu, isto é que é giro, é que continua a penalizar quem cumpriu, quem cumpriu a redução injusta de dois por cento por ano, quem cumpriu a rácio das despesas com pessoal e agora vem impor uma coisa que alguém negociou com a Associação Nacional dos Municípios, problema dela que se deixou enganar, por troca do FAM (Fundo

de Apoio Municipal), deixou-se enganar nisso, deixou-se enganar no IVA da eletricidade, deixou-se enganar no iva das refeições escolares, muita coisa para aceitar o FAM e ainda não ganhou nada só perdemos, os municípios, e o que é que acontece disseram que ia deixar de haver essas restrições à contratação e afinal com as regras que estão feitas está a ser muito difícil, mas das nossas contas pretendemos, até porque temos os concursos praticamente concluídos ainda conseguir, meter ainda uma dúzia de pessoas este ano nas áreas operacionais. Alguns dos CEI's que têm revelado bom desempenho, e que certamente a experiência aqui no município foi um bom estágio, foram oponentes a esse concurso e eu espero que alguns possam ficar. Se não ficaram é porque houve alguém que, efetivamente, conseguiu melhor desempenho nas provas práticas, teóricas e avaliações psicológicas que excluem muita gente, excluem mesmo muita gente.

Sobre a questão dos abrigos está no nosso Plano de trabalho, temos mais uma série deles sinalizados para reparar. Reparámos o ano passado doze, metemos três novos, alguns dos reparados já foram vandalizados, houve também mais um acidente de viação, dois acidentes de viação, que também já deram cabo de mais dois, portanto, é um trabalho permanente mas como não conseguimos reparar todos de uma vez vamos reparando aqueles que estão mesmo em pior estado, e os nossos serviços fizeram até um excelente levantamento com fotos, com tudo, e a Sra. Vereadora há de priorizar dentro da verba que temos por onde é que começamos.

Dito isto, voltaria a chamar a atenção para quem tem dúvidas dos números da receita da chamada análise evolutiva que, efetivamente, a execução orçamental dos impostos diretos, aqueles que hoje são mais determinantes nas receitas dos municípios IMI, Derrama, IMT e IUC, que, de facto, infelizmente está a baixar, sobretudo o que nos preocupa não é o abaixamento do IMI o que nos preocupa é o abaixamento da Derrama e do IMT, que são aqueles que estão de facto ligados à dinâmica económica. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente, então mais questões? Não se esqueçam que o próximo ponto também é sobre atividade, portanto temos..."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não falei do cinema Sr. Membro, peço desculpa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não era isso sequer que eu ia perguntar."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Pronto, mas eu responderei se entender."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não, a questão é que o Sr. Presidente da Câmara usa às vezes uma terminologia, enfim, durinha e não pode dizer que alguém está obcecado por o que quer que seja, o obcecado é uma coisa que pode perpassar na sua mente só, os outros não entra, não, porque eu disse-lhe: "*…já recebemos de IMI mais de meio milhão de euros outra vez…",* foi o que eu lhe disse, não lhe disse absolutamente mais nada, ou seja aquilo que se passou o ano passado não foi um caso pontual, como disse aqui o ano passado: "…*não isso é uma coisa esporádica, é uma coisa que nós ainda não percebemos muito bem de onde é que vem esses dinheiros, porque são coisas de coisas anteriores, etc., etc.",* estes eventualmente serão os mesmos, agora o que é facto é que não é uma questão."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Falaremos disso na Prestação de Contas."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não, não, deixe-me concluir aqui."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Peço desculpa, há, ou não há, uma redução da receita do IMI este ano?"

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não é isso que está em causa, oiça, eu não falei da redução nem do aumento, disse que tínhamos recebido mais de meio milhão de euros."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Mas eu respondi ao Sr. e à Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Eu sei, pois fez esse lapso línguas aí que foi difícil de coiso."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"*Lapsus linguae*? Não? Em latim, *lapsus linguae*."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Foi, foi, exatamente, ouça a questão é esta, disse também e vou registar, e vou registar que este ano vai receber menos de IMI, eu registei, mas eu tenho um perceção completamente da sua e aliás acho estranho."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu disse que íamos receber menos de IMI?"

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Vai, vai, disse, disse, disse e portanto eu vou registar que o Presidente da Câmara de Palmela…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não o que eu disse é que é normal, dá-me licença Sr. Membro? O que eu disse é que, acho normal que este ano vínhamos a receber menos de IMI, se baixamos a taxa é normal."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não, mas não vai receber menos de IMI, toda a gente sabe…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos, desculpem lá, Sr. Membro da Assembleia."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Posso concluir Sra. Presidente?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pode concluir, vamos lá"

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Registei que o Sr. Presidente da Câmara referiu que vai receber menos de IMI este ano e isso é uma coisa que estranho claramente que, mesmo face à redução pouco significativa da taxa, possamos receber menos de IMI, possamos efetivamente receber menos de IMI, mas isso faremos as contas depois para o outro ano. Muito obrigado era só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, há mais algum pedido de intervenção? Pareceu-me…, tem a palavra o Bloco de Esquerda, Tânia Ramos, por favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito boa noite a todos os presentes, cumprimento a Sra. Presidente e todos os outros restantes.

Sr. Presidente de Câmara, eu peço desculpa, mas em relação à estrada de Vila Amélia o Sr. Presidente deu a entender que aquilo estava maravilhoso. Eu tenho que lhe perguntar qual é a estrada em que você vai, porque eu devo de ir por um atalho de certeza absoluta, peço desculpa! Porque eu passo todos os dias nesta estrada e não me parece que tenha havido uma restruturação assim tão grande, peço desculpa!"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Mas quem é que lhe disse que tinha havido uma restruturação?

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Não, o Sr. disse que este tinha sido feito umas obras e que agora aquilo estava maravilhoso, foi ou não foi essa a intenção? Peço desculpa se eu percebi mal, peço desculpa então se fui eu que percebi mal, devia de ter sido a única que percebi mal nesta sala.

O que eu queria questionar é que se realmente já se conhecem as soluções, já se conhecem os orçamentos, que são orçamentos bastante elevados para as nossas possibilidades orçamentais, então aquilo que eu queria perguntar, qual é a solução rápida antes de um próximo inverno para evitarmos aquilo que tem constantemente acontecido. Será que não fazia sentido fazer uma pavimentação total? E não andar só a fazer pequenos troços? E a tapar buracos? Essa é a minha questão. Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Bem, pergunto se há mais alguma questão ao Sr. Presidente, vamos colocar as questões todas e depois o Sr. Presidente responde a todas e encerramos."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu, efetivamente, também peço desculpa ao Sr. Presidente, se calhar também foi um erro de interpretação, mas a estrada está circulável, os amortecedores dos carros e quando chove é que é pior Sr. Presidente. Também não vejo esse panorama que o Sr. Presidente aí quis refletir com certeza, são diferentes pontos."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"A gente vai lá a seguir, depois da reunião passamos lá. Eu acabei de vir de lá ainda há pouco, não vi lá buraco nenhum Sra., está bem, também eu oiço, claro."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Mas eu passo lá também todos os dias e ouço as pessoas nos restaurantes e nas empresas também. Para além disso, estas estradas que apontei como pedido de sinalização vertical, nem é uma questão de manutenção."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Mas é vertical ou horizontal? Não percebi."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Horizontal, peço desculpa! O Sr. Presidente tinha percebido, tanto que referiu que era horizontal na sua intervenção, eu também me engano como todos nos enganamos, e então a questão destas estradas é que não têm qualquer tipo de sinalização, posso Sr. Presidente? A questão destas estradas que eu mencionei a título exemplificativo e mais há no concelho é que nunca tiveram traços contínuos nem descontínuos desde as últimas pavimentações, não foi uma questão de desaparecimento, eles nunca existiram Sr. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Qual é a estrada Sra. Membro da Assembleia?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, vamos ouvir."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É que eu ainda não percebi qual é a estrada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"A estrada de Vila Amélia."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Esta é a de Vila Amélia? Está a falar da de Vila Amélia ou da circular?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Xavier de Lima."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"As estradas são as que eu referi anteriormente, de acesso à estação da Penalva e depois de Vila Amélia de acesso à rotunda que já pertence a Coina, à Freguesia de Coina, portanto ali quem vai para a BRISA, que eu saiba, aquilo não tem traços há muitos e muitos e longos anos não é? Relativamente à estrada dita Coca-Cola, eu mantenho o que disse acerca da placa que lá está posta, não é?

Eu também queria aqui mencionar, e já agora um pedido ao Senhor Presidente, aquela estrada que foi alcatroada há pouco tempo e que dá para as Marquesas, que agora já tem nome, não é?, efetivamente aquelas faixas metálicas deve ter ocorrido um acidente, ainda hoje lá passei, está toda destruída, mas quer os abrigos de passageiros, que esse tipo de coisas, quando há acidentes com certeza são interpelar as Companhias de Seguros e portanto não é a Autarquia que despende a verba, não é Sr. Presidente? Pronto e é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção, alguma questão desculpem, ao Sr. Presidente? Pronto, então Sr. Presidente vou dar a palavra para concluirmos este ponto."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza. Muito sucintamente, e relativamente ao cinema, a intensa atividade por parte do movimento associativo no Auditório Municipal também tem prejudicado as nossas opções na apresentação de cinema. Em todo o caso decorreu agora, infelizmente na minha perspetiva, já não o "Cine France" mas um ciclo de cinema Europeu, não é?, e que houve exibição e está previsto também para os próximos meses, sendo que os de verão talvez não tenha essa intensidade, mas o cinema infantil é uma das nossas opções para o Auditório Municipal e vai ter a oportunidade de constatar isso até final do ano.

Relativamente à questão do IMI, ou da obsessão, bom fica para quem quiser entender aquilo que acabamos de ouvir, é porque, efetivamente, parece haver obsessão porque V. Exa. não falou de outra coisa, aliás tentando até deturpar o sentido das milhas palavras, o que eu disse é que é normal que se possa receber menos IMI se houve uma redução na taxa. Não, não acredito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Desculpe Sr. Presidente, eu sugeria que deixássemos a discussão do IMI, sinceramente neste momento não adianta muito."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Acreditaria nisso se tivesse passado a proposta dos partidos da oposição ao Governo para manutenção da cláusula de trabalho, ainda assim vamos ver.

Relativamente à estrada de Vila Amélia, não estamos propriamente em nenhuma autoestrada, nem ninguém diz que temos ali um pavimento de luxo, agora o que lhe posso dizer é que a estrada está circulável, está toda remendada, portanto tem efetivamente remendos, tem os buracos tapados, e isso teimo com a Sra. ou com qualquer outro Membro desta sala, porque eu passei lá hoje três vezes, acompanhado da Sra. Vereadora e de outras pessoas e estivemos no terreno a trabalhar e a contactar com pessoas, a estrada está

reparada. Agora, obviamente, se estiver uma semana a chover, temos ali desagregação de todas aquelas massa betuminosas e o que eu acabei de dizer é que numa estrada que precisa no mínimo de um milhão de euros de betuminoso irmos fazendo troços de trezentos metros nas zonas que estão mais deterioradas e posso-lhe dizer que na zona a norte, nomeadamente onde alaga junto à rotunda de Vila Amélia, que não tem que ver com questão de pavimento e aí o pavimento está bom tem é o problema de drenagem de águas pluviais, se vier cerca de quatrocentos metros até à Bomba de Gasolina para cá o pavimento está em bom estado e até te guias de sinalização horizontal, sumidas naturalmente.

Portanto o que quero dizer às Sras. e Srs. Membros da Assembleia é que é desta forma que temos que trabalhar, nós nunca teremos um milhão de euros para fazer uma estrada, com este orçamento nunca teremos a não ser que paremos o resto do concelho e não façamos mais nada, agora temos a obrigação de não conseguindo fazer uma estrada de um milhão de euros ir fazendo cerca de cinquenta mil euros ou duzentos mil euros por ano que é aquilo que estamos a fazer na conservação da rede viária. Depois vamos ver no próximo ano, quando tivermos a fazer a prestação de contas de dois mil e quinze, qual foi o investimento na rede viária e qual foram os troços efetivamente asfaltados e daqui a pouco vamos ter oportunidade de ver o que é que fizemos em dois mil e catorze, fizemos muito mais do que aquilo que estava no Plano de Investimentos, fazendo inclusivamente investimento com verba que não era de investimento, nomeadamente da conservação permanente. Portanto cá estaremos para ir fazendo melhorias naquela via. Sobre isto disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente, então concluindo este ponto da Informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal, nós entramos diretamente no Ponto da Prestação de Contas e portanto volto a dar novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação do tema e depois iniciamos a discussão."

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2014

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente. Trata-se da Prestação de Contas de 2014, o primeiro ano do atual mandato, decorreu num contesto de crise económica e financeira prolongada e continua a afetar transversalmente a vida do nosso país. No entanto as medidas tomadas nos anos anteriores, com vista à redução da despesa e à consolidação das contas, contribuíram para que 2014 fosse marcado pela estabilidade financeira do Município e pelo retomar do investimento, em diversas áreas. Em dezembro de 2014, os pagamentos em atraso, por exemplo, eram nulos e verificava-se uma forte redução da dívida a fornecedores relativa, na sua grande maioria, aos sistemas multimunicipais SIMARSUL e AMARSUL, e dívida que está devidamente contratada.

O Orçamento de 2014, e falamos do orçamento inicial o mais baixo dos últimos anos, e as Grandes Opções do Plano foram implementados num período de forte mudança fruto da reestruturação orgânica imposta pela Administração Central. Houve redução de dirigentes, de unidades orgânicas, isto trouxe constrangimentos e obrigou a um esforço de rápida adaptação a novas realidades, que consideramos bem-sucedido. O largo volume de trabalho desenvolvido em 2014 por administração direta e a revisão de um vasto conjunto de Regulamentos Municipais, em áreas diversas, são exemplos que demonstram a grande capacidade de trabalho das equipas municipais, que souberam enfrentar estes, e outros, desafios com criatividade, empenho e compromisso para com as comunidades e com este território.

O último ano é caracterizado, também, pelo reforço da ligação com os agentes locais, ao movimento associativo, corpos de bombeiros, através da celebração de novos protocolos e contratos-programa, passando pelas próprias Juntas de Freguesia a quem continuamos a confiar várias competências, certos do seu papel determinante junto das populações.

Eu quero aqui recordar que o volume das transferências para as Freguesias rondou muito perto dos oitocentos mil euros, com um reforço que fizemos com os novos acordos de execução para o mobiliário urbano houve, de facto, um aumento.

É, ainda, de sublinhar o grande esforço e o apurado trabalho técnico realizado, ao longo do ano, nos planos interno e supramunicipal, para posicionar Palmela na linha da frente do "*Portugal 2020*". A captação de fundos comunitários abre um leque de oportunidades determinantes para a concretização da estratégia de desenvolvimento que temos para o território nas mais diversas áreas. Por outro lado, a Câmara propôs-se constituir uma Comissão de Acompanhamento denominada "*Palmela 2020*", que conta já com três dezenas de entidades e instituições do concelho e da região, da área social, do mundo empresarial e de outros, foram, já, apresentados vinte e dois projetos para integração no Plano de Ação que irá operacionalizar a EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial proposta pela AML, no quadro da AIDUS – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável, previsto no Acordo de Parceria "Portugal 2020".

No que concerne, ainda, à captação de fundos o Município viu aprovada, no final de 2014, uma candidatura a Fundos Ambientais do Estado Português, geridos pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, relativa à regularização do troço de Pinhal Novo da Ribeira da Salgueirinha. Com um custo estimado de dois milhões duzentos e quarenta e quatro mil e oitocentos euros, a APA financiará em oitenta e cinco por cento, um milhão novecentos e oito mil e oitenta euros, e o Município em quinze por cento, trezentos e trinta e seis mil e setecentos e vinte euros. A intervenção tem um prazo de execução de três anos e deve ter início, no terreno, no final deste ano.

Foram, também, aprovadas duas candidaturas em regime de "*overbooking*" , nomeadamente para comparticipar Espaço Cidadão e a Iluminação Cenográfica do Castelo. Contamos poder com esta taxa de financiamento de sessenta e cinco por cento ir buscar algum dinheiro, esperemos que não esgote, mas estimamos poder ir buscar cerca de quinhentos mil euros para estas obras.

Os constrangimentos decorrentes do contexto socioeconómico e das imposições legais continuam a sentir-se, com ataques continuados à autonomia do Poder Local pois tentam-se mudar as regras a meio do jogo, depois temos a constituição do Fundo de Apoio Municipal, um fundo imoral, são dois milhões trezentos e quarenta e oito mil cento e sessenta e três euros a pagar em sete anos, duzentos e trinta e nove mil euros por ano, com impactos diretos no Orçamento Municipal. Somos depois confrontados, diariamente, com propostas de lei que apontam no sentido da descentralização unilateral de novas competências em setores fulcrais como a saúde, a educação e da comparticipação municipal obrigatória em áreas que são da competência exclusiva da Administração Central, enquanto, por outro lado, se mantêm os entraves à contratação, conduzindo as equipas a ficarem cada vez mais depauperadas face às necessidades. No entanto, o trabalho realizado ao longo de 2014 honra o Município de Palmela e perspetiva novos caminhos de concretização e futuro.

No âmbito da Qualificação e Modernização quero aqui dar destaque para o esforço de simplificação de procedimentos, a desburocratização e desmaterialização de processos continuam a ser prioridades. Temos o propósito de qualificar o serviço prestado aos cidadãos e às cidadãs e, por isso, o Município tem aderido a tudo aquilo que é inovação nestas áreas. Aderimos à plataforma eletrónica do Simplex Autárquico, ao Licenciamento Zero, demos continuidade ao processo de implementação do SIDAM – Sistema Integrado de Documentos e Atendimento Municipal e Arquivo Documental Web, com novas funcionalidades, reforço da formação para todos os trabalhadores, bem como para os interlocutores específicos em cada unidade.

Relativamente a 2013, verificou-se um aumento do número de ações de formação, é óbvio que ministramos sobretudo formação com recurso à bolsa de formadores internos, sem custos financeiros adicionais, isto permitiu continuar a qualificar os trabalhadores, novas competências e refrescando conhecimentos. O atendimento municipal procurou também adaptar-se a novos desafios, um projeto-piloto relacionado com a gestão de reclamações e foram efetuados, ao longo do ano, sessenta e seis mil e sessenta e oito atendimentos.

No âmbito da construção de soluções que facilitem o quotidiano das pessoas, temos também o reforço da parceria com as Juntas de Freguesia, como é sabido através de vários acordos, e contratos

interadministrativos, ou adaptando os já existentes, com vista a uma gestão mais eficaz dos recursos. Também a convicção de que o projeto de desenvolvimento local deve ser construído e cimentado com todos, desde trabalhadores, cidadãos, cidadãs, isto justificou de facto a implementação e continuidade de vários projetos de participação. São exemplo as Semanas das Freguesias, o Fórum Projeto Educativo Local, o projeto "Eu Conheço. Eu Participo!", iniciativas de voluntariado "(A)Gente do Bairro" ou "2 (de)mãos por Palmela", vocacionadas para a qualificação do espaço público. Também o Orçamento Participativo foi retomado com resultados muito positivos, para um primeiro ano depois de algum tempo de interrupção. No final do ano que terminou, o efetivo municipal que por seu lado era constituído por oitocentos e noventa e oito trabalhadores, trabalhadoras, sendo cerca de cinquenta por cento de assistentes operacionais.

Nas Áreas Socias, Desenvolvimento Educativo, Social, Cultural e Desportivo, sempre assumimos a Educação como área estratégica para o desenvolvimento sustentável do território, continuamos a congregar esforços e recursos para ir além do estrito cumprimento das nossas atribuições. A evolução da despesa com a Educação continua em sentido ascendente, cifrando-se em mais de dois milhões e quinhentos mil euros. Manteve-se o forte investimento em transportes escolares, no total de um milhão e quarenta e oito mil oitocentos e quarenta e cinco euros, comparticipados pela administração central em apenas cento e vinte sete mil euros, para servir uma população estudantil de mais de dois mil e quinhentos alunos. Estamos a falar essencialmente de pagamentos de serviços, não contando também com outros serviços.

No âmbito da Ação Social Escolar, o Município aumentou, no ano de 2014/2015, o valor a atribuir a cada um dos mais de mil beneficiários, é cerca de quarenta por cento da população escolar, aumentou o valor dos auxílios económicos diretos, que passou de quarenta e cinco para cinquenta euros por aluno. O programa de alimentação escolar assegura, diariamente, o fornecimento de cerca de três mil refeições, oitenta e oito vírgula cinco por cento dos alunos e das crianças almoçaram nos refeitórios escolares do concelho em 2014, sendo que destes mais de mil e trezentos beneficiaram de refeição gratuita. O investimento municipal nesta área, ascendeu a novecentos e oitenta e um mil seiscentos e setenta e um virgula setenta e um euros, e foi comparticipado pelo Ministério da Educação e Ciência em cento e vinte e seis mil novecentos e quatro euros e pelas famílias dos alunos e crianças não beneficiárias, através de aquisição de senha, em duzentos e oitenta mil oitocentos e onze euros.
Foram muitos os projetos dinamizados com e para a comunidade educativa, mas destacamos aqui na área das expressões artísticas, o "Fantasiarte", oitenta e um programas três mil cento e dezasseis participantes, foram concluídas várias intervenções de beneficiação e reparação de equipamentos em edifícios escolares, destacando-se a reparação do muro de suporte e vedação na EB2 de Palmela e a beneficiação e remodelação de espaços de jogo e recreio de nove estabelecimentos de ensino. Ainda no que respeita à conservação permanente das escolas referir que são descentralizados mais de quatrocentos mil euros para as Juntas de Freguesia que no dia-a-dia tentam responder às necessidades dos estabelecimentos de ensino, na sua conservação e manutenção.

Destaque também aqui para o projeto "Aprender a Nadar", um projeto emblemático de introdução ao meio aquático para crianças do primeiro ciclo, retomou o seu papel na criação de igualdade de oportunidades, contribuindo para o desenvolvimento saudável e harmonioso dos seus participantes.

O Município na Área Social, continua atento às dinâmicas do território, integra diversas estruturas, com vista ao aprofundamento do trabalho em rede. A população sénior tem sido alvo de especial atenção, com uma programação própria que favorece a vivência harmoniosa desta fase da vida e a integração plena na comunidade.

O novo Regulamento de Apoio ao Associativismo, que entrou em vigor em março deste ano, nasceu de um profundo processo de reflexão, partilhado com os agentes, veio marcar o início de uma nova forma de relacionamento com o riquíssimo movimento associativo que temos.

Das múltiplas iniciativas de caráter cultural, realizadas diretamente pelo Município ou em parceria, merece referência porque foi a primeira, e bem-sucedida, a "1ª Feira Medieval de Palmela" resultou de um grande esforço das equipas municipais e que respondeu a uma aspiração antiga das populações, pondo em evidência, perante milhares de visitantes, a riqueza histórica e patrimonial de Palmela.

A vida cultural do concelho conheceu, em 2014, dois novos espaços de dinamização e desenvolvimento local.
Chamo aqui a atenção para a abertura do Centro Comunitário de Águas de Moura, era um compromisso antigo, tem um conjunto de valências, é, digamos a casa que acolhe várias associações locais que têm também responsabilidades na programação.
A Juventude passou a contar também, desde novembro, do ano passado com uma Sala de Ensaios CAVE, instalada no Centro de Recursos para a Juventude.
Também na produção do conhecimento científico, no domínio do Património, também relevo o trabalho feito na Candidatura da Arrábida a Património da Humanidade, independentemente do resultado da candidatura é trabalho feito que está a ter outro reconhecimento e que vai merecer outros galardões. Isto permitiu por exemplo, este forte investimento neste trabalho a finalização da Carta Arqueológica do Concelho de Palmela, prestámos apoio a diversas estruturas no campo arqueológico e museológico. A coorganização, porque Palmela já vai sendo famosa por isso, de estudos em torno das questões de Santiago, também fizemos então com a Universidade Autónoma de Madrid as Jornadas Internacionais "Cristianos contra musulmanes en la Edad Media Peninsular", foi um dos momentos altos do trabalho de estudo e valorização da história local. O Museu Municipal, também, organizou ainda o IV Encontro RuralReport - Rede de História Rural em Português, em parceria com Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, através do Serviço Educativo.
Depois, ainda nesta área, de novo falar dos programas de parceria, como o "50+", o "Mexa-se em Palmela" ou o "Viver Melhor, Viver com Autonomia", os programas de desenvolvimento desportivo em modalidades como o judo, a ginástica ou o atletismo, e os Jogos Desportivos Escolares, recordar um evento que foi um dos mais importantes e marcantes no concelho, parece que já vai lá muito longe, mas aconteceu o ano passado, faz agora em abril um ano, os Campeonatos Europeus de Orientação e de Orientação de Precisão, várias centenas de atletas de elite, equipas técnicas, entusiastas e jornalistas, famílias, foi de facto o mais importante evento de Orientação já mais realizado em Portugal e também o maior evento desportivo internacional levado a cabo no concelho.

Também em estreita sinergia com os objetivos de promoção turística do território, a prática de desportos de natureza e ao ar livre, sublinhando o potencial de espaços privilegiados como a Arrábida, conheceu um importante incremento em 2014, Não vou aqui relatar o conjunto de iniciativas promovidas pelo Município em parceria, ou com outros agentes, mas quem acompanha o trabalho que vai sendo feito apercebe-se que isto mobiliza a organização e requer investimento e esforço.

O Município interveio ainda nestas áreas do desporto, espaços de jogo, na criação e remodelação e implementação de um novo Circuito de Manutenção do Sobral de Quinta do Anjo, um investimento de oito mil e quatrocentos euros.

Na área da Qualificação do Território, onde há desde segurança a outras matérias, a ambiente etc., destaque para o Projeto Academia da Proteção Civil, que já tive a oportunidade de falar, um projeto bem-sucedido com intensa atividade, com formação realizada para os bombeiros e também para a comunidade.

Depois a parceria regular com as Associações de Bombeiros que retomou, em 2014, o apoio ao investimento das Associações, para além de termos retomado o valor para os Grupos de Bombeiros Permanentes e recordo estamos a falar de verbas no valor de trezentos e trinta e oito mil seiscentos e quatro euros. Houve, ainda, apoio a investimento este ano e que entretanto em 2015 há-de prosseguir.

Numa das áreas mais valorizadas pela população, em sede do Orçamento Participativo, a rede viária, o Município terminou o ano com um investimento superior a um milhão e duzentos mil euros, tendo as brigadas municipais também concretizado milhares de intervenções por administração direta. Estão aqui as várias vias intervencionadas para além daquelas que estavam explicitadas no Plano de Investimentos, a estrada da SETCOM ou a estrada das Fontainhas, as beneficiações nas circulares norte e sul da Autoeuropa, a ligação do caminho 1029 à circular norte, foi aberto um novo caminho paralelo à linha do caminho-de-ferro em Fernando Pó, realizou-se a pavimentação da estrada dos Cabeços Ruivos, que não estavam inicialmente prevista, das ruas 25 de Abril e Fernando Pessoa, no Bairro Alentejano e no Bairro Assunção Piedade, asfaltou-se um arruamento na zona industrial de Vila Amélia, junto à Etiforma. Iniciou-se a pavimentação da rua do Aviário, que veio a ser transferido para o orçamento deste ano, que se concluiu

este ano, fez-se uma grande intervenção na passagem superior à linha de caminho-de-ferro em Poceirão e deu-se início à execução da rotunda na Estrada Nacional 379. Depois merece também destaque nesta área, dos investimentos da qualificação do território, a abertura ao público da Ecopista de Pinhal Novo, também as diligências feitas ao nível da mobilidade, para levar os TST à oferta de transportes, na ligação entre Quinta do Anjo e a Estação da Penalva.

Houve também a instalação da primeira Horta Comunitária, mas entretanto houve trabalho também já de instalação das restantes, Palmela só se concretizou agora.
Na área abastecimento de água, para além de muitas intervenções de gestão corrente digamos que a intervenção mais significativa, até pela complexidade técnica que aqui destacamos que, ainda por cima, foi feita por administração direta, poupando ao Município, porque tínhamos um orçamento a rondar os cem mil euros e ficou por quarenta mil, nós fizemos a remodelação por administração direta de 400 metros de conduta de grandes dimensões, nas Marquesas I e III, concluímos também a ligação da conduta de água ao Castelo, que permitiu desativar um sistema provisório que havia de abastecimento à urbanização do Outeiro, e procedeu-se à infraestruturação com a rede de drenagem de esgotos na rua de Goa, em Cabanas, que entretanto este ano há de ir para pavimentação.

A higiene urbana e a salubridade são fatores essenciais para a qualidade de vida das populações apesar das dificuldade de, digamos, de disciplinar a deposição, apesar de outras dificuldades relacionadas com pessoal e maquinaria o serviço melhorou, nós temos esse barómetro pelo número de reclamações, mas não só, mas fizemos um grande esforço também para adequar o novo Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos, que esteve em discussão pública, recebeu contributos a entidade reguladora está a atrasar isto tudo, qualquer dia temos que traze-lo de novo à Câmara e à Assembleia, houve uma ligeira redução na produção de resíduos valorizáveis e indiferenciados, com exceção das atividades económicas que tem um serviço contratualizado connosco, isto comparativamente a 2013, verificou-se depois um acréscimo em cerca de quarenta por cento na recolha e entrega de resíduos verdes para compostagem. Sendo que é sempre uma matéria difícil dado que a deposição de verdes e monos misturados ao lado dos contentores, nem sempre permite depois a entrega dos verdes para compostagem. Temos aqui a indicação de como é que o serviço é prestado no concelho, temos muita coisa por administração direta, mas temos tido cada vez mais necessidade de refazer o recurso à prestação de serviços ao exterior.

Foi aprovado o PAESP – Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Palmela, depois de muitas Assembleias Participativas com indústrias, população etc., é um compromisso assumido no âmbito do Pacto dos Autarcas, e deu-se particular atenção à substituição de iluminação tradicional por tecnologia mais eficiente, com ganhos ambientais e económicos.

A dinamização e a revitalização do Centro Histórico, a empreitada de beneficiação com a pintura do edifício dos Paços do Concelho, o Espaço Cidadão, cuja obra ainda continua, o Mercado Municipal de Palmela que teve beneficiações, o seu terraço recebeu, os tradicionais Mercadinhos de Palmela. Mantiveram-se os incentivos fiscais, em sede de IMI, já agora dizer é um total de seiscentos e setenta e cinco prédios urbanos que vão beneficiar desta redução, beneficiou-se também o aspeto do Centro Histórico com o projeto "2 (de)mãos por Palmela". Foram efetuadas, quero aqui sublinhar este aspeto, várias alterações ao Regulamento de Taxas Municipais, em articulação com o Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos, foram aprovadas minorações no IMI, esta Assembleia também teve oportunidade de se pronunciar sobre isso, que pretendem estimular a recuperação e qualificação de imóveis, o arrendamento a jovens e a instalação de pequenas atividades de comércio e serviços.

No âmbito da Promoção e Valorização da Economia Local, um ano também bastante preenchido, nós começamos logo nos primeiros meses do ano com um conjunto de medidas também aprovadas por esta Assembleia com vista à simplificação de procedimentos, com incentivo ao investimento, com benefícios fiscais para quem pretende investir no concelho, valorizando a sua atividade, recordo também as reduções criadas para as esplanadas para maior atratividade turística, para quem reabilite edifícios, etc., arrendamento jovem, comércio já aqui referi.
A campanha "Palmela Conquista" que continua a valorizar a imagem do território o Palmela Tourist Card", que se consolidou, houve também um programa específico para o setor de restauração "Palmela, Experiências com Sabor!", catorze fins de semana gastronómicos temáticos, com uma adesão média de

dezoito restaurantes por evento, servidas mais de quatro mil refeições, tudo isto é de facto um intenso trabalho dos agentes económicos em articulação com o Município que investe fortemente na divulgação e na promoção do Território.
Certames ligados aos produtos locais de qualidade à valorização da identidade local, Queijo, Pão e Vinho, Fernando Pó, Feira Comercial e Agrícola de Poceirão, Festa das Vindimas, não está aqui as Festas do Pinhal Novo já que falam produtos locais de qualidade temos que falar da Sopa Caramela, a esta hora já ia também.
Projeto Rota de Vinhos da Península, consolidado, forte fator de atração e divulgação dos vinhos de Palmela. Muitas atividades de caráter turístico têm trazido mais visitantes a Palmela, quem tem dúvidas consulte o INE, consulte os estudos da Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo. Depois quero aqui destacar a primeira edição do "Palmela Wine Jazz", que vai ter continuidade, foi um entusiasmo muito grande, muitos elogios, é para continuar naturalmente, mas quero aqui sobretudo sublinhar as parcerias locais, nacionais e internacionais e tudo isto permite de facto desenvolver aqui uma atratividade turística, mas quero aqui destacar também o produto turístico, "Castelos da Arrábida", entre os Municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra e a ADREPES, e também ver aqui o acolhimento desta estratégia no Plano da própria Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo que veio validar as opções estratégicas do Município nesta área.

Mas agora passemos também à proposta e aos números e porque falamos de contas, trata-se de um documento de execução financeira e, como disse, continua a refletir as dificuldades económicas e financeiras existentes a nível nacional e local conforme se pode atestar pelo valor total da receita arrecadada num ano, cerca de trinta e nove virgula sete milhões de euros, que foi o mais baixo do quadriénio. Isto são factos porque, comparativamente a 2011, as receitas diminuíram cerca de um milhão e trezentos mil de euros. Os gráficos que hoje fornecemos permitem confirmar isto, obviamente nem todas as receitas tiveram o mesmo comportamento e disso já falaremos, é que de facto com exceção do IMT que continuou a ter um desempenho positivo em dois mil e catorze, falando de receitas diretamente impotáveis à atividade económica e nós estamos a falar da saúde da economia nenhuma outra inverteu a tendência negativa que se tinha iniciado em dois mil e oito e dois mil e nove. De facto a Derrama desceu e impostos indiretos que estão ligados ao imobiliário, desceu vertiginosamente mais uma vez, os alvarás lá estão para levantar, seja de empresas, seja de regularização legalizações, sejam de pequenos ou grandes loteamentos, menos urbanismo mas também menos taxas, por exemplo de ocupação de espaço público e se subsolo, mas aí há um aspeto que eu clarifico é que nesta matéria temos aqui algumas contendas com alguns operadores no subsolo público, algumas até continuam em Tribunal apesar de mesmo hoje termos recebido mais uma vez uma decisão favorável ao município, há operadoras que não querem pagar, não é? Como outras não querem pagar, a REN não quer pagar também os direitos de passagem, aqui também já começamos a ter o mesmo no município. Mas portanto registou-se, contudo, fruto e em grande medida de rigor e prudência na estimativa da receita, uma elevada taxa de execução, este Orçamento teve uma taxa de execução de cento e cinco virgula três porcento na receita que foi a mais elevada desde dois mil e três.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de vinte vírgula dois milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, um peso de cinquenta, vírgula nove porcento do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um acréscimo de cerca de um milhão, um vírgula oito milhões de euros relativamente ao ano de dois mil e treze. E aqui claramente o IMI teve uma execução de mais vinte e três por cento relativamente à dotação orçamentada, o IMT foi de facto como vos disse o imposto que teve o comportamento mais atípico, porque foi aquele que teve maior aumento, trinta por cento, o IUC tem flutuações mas neste ano teve mais oito por cento.

As transferências de capital apresentam um decréscimo acentuado, menos setenta e nove vírgula cinco por cento, seja menos dois milhões de euros, e devido no fundamental à conclusão de um conjunto de projetos de investimento que estavam associados ao QREN e não tenhamos ilusões, o investimento far-se-á sempre, sendo que hoje faz-se muito investimento por rubricas que estão imputadas a rubricas correntes, isto é mesmo assim é uma questão orçamental porque os Municípios são essencialmente também prestadores de serviços e muitas vezes o serviço tem investimento é difícil é catalogá-lo em termos de Orçamento, mas sobretudo tem que ver com, não havendo comparticipações é evidente que os investimentos comparativamente com anos que houve Fundos Comunitários descem vertiginosamente, mas ainda assim

falaremos da forma com menos receita de capital fazemos mais despesa de capital, já vos darei alguns dados.

Depois em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de trinta e nove vírgulas sete milhões de euros e uma despesa de cerca de trinta e oito vírgulas dois milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de um virgula cinco milhões a que acresce o saldo transitado de dois mil e treze, no valor de cerca de quatro virgula quatro milhões de euros transitando para dois mil e treze no valor de cerca de quatro virgula quatro milhões de euros transitando para dois mil e quinze um saldo de cinco virgula nove milhões de euros que explicarei em breve.

No capítulo da despesa, foram efetuados pagamentos no valor de trinta e oito, vírgula dois milhões, menos cinco vírgula oito por cento do que em dois mil e treze, dos quais dezassete virgula dois milhões de euros, afetos diretamente às Grandes Opções do Plano. Ainda assim a taxa de execução de pagamentos foi de noventa vírgula oito por cento, quero aqui frisar que é a taxa mais elevada também desde 2008.

Depois cruzando isto com indicadores de eficácia, medidos tendo em consideração o grau de concretização financeira dos objetivos traçados para o quadriénio, constatamos que melhoram significativamente: a eficácia na concretização da receita que subiu de setenta e dois para cento e cinco, no caso da despesa, e para o mesmo período, o indicador também passou de setenta para noventa.

Voltando à proposta, referir ainda que as despesas de pessoal, no valor de dezassete vírgula seis milhões de euros, sofreram um decréscimo de quatro virgula quatro por cento comparativamente com o ano anterior e remuneraram um total de oitocentos e noventa e oito trabalhadores, menos trinta e cinco que em 2013.

As despesas de capital e investimentos tiveram um decréscimo de trinta e seis virgula três porcento, como disse, menos um ponto três milhões de euros em resultado, não só do fim de obras do QREN mas também no atraso da concretização de intervenções previstas para o ano 201. E sabemos como já disse a rua do Aviário transitou, independentemente do estado da obra até estava relativamente adiantado, mas o seu pagamento transitou para dois mil e quinze, a rotunda transitou para dois mil e quinze o Espaço Cidadão prolongou-se para dois mil e quinze com uma dilação de tempo, enfim, o investimento, de facto, baixou porque padece também destes fenómenos.

A rubrica de passivos financeiros e este aspeto é importantíssimo, estamos a falar de amortização de empréstimos, teve uma diminuição de oito, vírgula oito por cento, dado que em 2013 utilizaram-se quinhentos mil euros do empréstimo de curto prazo que tiveram de ser amortizados ainda nesse ano. Se calhar isto dito ao contrário é assim, teve diminuição desde logo porque não recorremos ao empréstimo. Recordo-vos que decidimos, no ano anterior ainda utilizamos quinhentos mil euros, mas este ano depois decidimos retirar esses dois milhões, em outubro decidimos retirá-los porque não necessitaríamos de recorrer a ele.
Mas sobre a rubrica de passivos financeiros esta diminuição, de oito vírgula oito porcento, resulta em menos cento e oitenta e quatro mil euros, que resulta da não utilização do empréstimo mas também as amortizações financeiras de empréstimos de médio e longo prazo apresentam em termos absolutos o valor mais alto do quadriénio, ou seja fora pagos um virgula nove milhões de euros, amortizou-se um virgula nove milhões de euros, e portanto o ano de 2014 apresentou valor mais baixo em termos de endividamento bancário do quadriénio. As Sras. e os Srs. Membros da Assembleia têm isso nas páginas lá mais adiante das propostas.

Voltando depois aqui à outra proposta, aquisição de bens e serviços, pagamentos no valor de treze vírgula dois milhões de euros, inclui cerca de um vírgula dois milhões de faturação transitada do ano 2013 e pagamento de serviços públicos essenciais como tratamento de águas residuais, tratamento dos resíduos sólidos urbanos, energia elétrica consumida em edifícios, estações de tratamento de águas e iluminação pública, refeições e transportes escolares. O valor global tem um decréscimo de um virgula três por cento, menos cento e setenta e oito mil euros.

Depois de anos sucessivos de esforços muito radicais para a contenção, e para a redução, de despesas de funcionamento, ainda assim em 2014 verifica-se uma tendência para a estabilização das despesas, porque não conseguíamos continuar a reduzir, a reduzir, a reduzir, sobre pena disto desaparecer ou então termos que fechar serviços. Há uma estabilização das despesas afetas a áreas de funcionamento, mas ainda assim foi possível obter reduções na locação de edifícios, menos cinco virgula três por cento, reduções nas comunicações, menos vinte e seis por cento e reduções nos encargos com instalações. Relativamente à iluminação pública registou-se um aumento de sete virgula quatro por cento dos pagamentos efetuados face a 2013.

Na rubrica de aquisição de serviços, procedeu-se a um pagamento de mais de duzentos e trinta e sete mil euros aos sistemas multimunicipais, relativamente aos pagamentos efetuados em 2013, e quero dizer que só não pagamos mais à SIMARSUL, porque a SIMARSUL não respondeu às nossas propostas sendo que, neste momento, vai ter que responder rapidamente porque nós temos uma proposta para pagar, para alterar o Contrato de pagamento, o acordo de pagamento e avançarmos mais rapidamente na redução depois dos encargos com esse mesmo contrato.

Voltando aqui à proposta, as receitas correntes foram superiores às despesas correntes no respeito pelo cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, e no final de 2014, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, estamos a falar da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de seis vírgula dois milhões de euros não existe qualquer valor de faturas em atraso, no âmbito desta lei, estando estabelecidos acordos de pagamentos com os fornecedores AMARSUL e SIMARSUL, SA, no valor de cinco ponto oito milhões. Regista-se assim uma melhoria face aos valores existentes em 2013, que apresentavam um total de sete, vírgula seis milhões de euros, dos quais, seiscentos e vinte e sete mil euros correspondiam a faturas consideradas em atraso.
Já agora também é bom dizer que à mesma data, no final de 2014, estavam por receber de dívidas ao município cerca de três ponto cinco milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não foi possível apurar com rigor a essa data.

Em suma, permanecem as dificuldades sentidas pelo setor empresarial que poderiam, naturalmente, deixar-nos ter acesso a outras receitas permitindo, possivelmente, uma outra política fiscal no município, designadamente no acesso ao financiamento bancário, as quais se refletem no conjunto de licenças urbanísticas que continuam por levantar e, consequentemente, por liquidar, facto que voltou a condicionar alguns indicadores de desempenho financeiro do município tendo sido naturalmente indicadores com uma enorme eficácia este ano.
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Munícipes, para começar acho que tentei ser o mais detalhado nos números e nos considerandos, estou disponível para a discussão."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sras. e Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão, agradeço inscrições. Pedido de intervenção do PS por favor, Bruno Grazina."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Antes de mais reconhecer que foi efetivamente feito um esforço ao nível da promoção do desporto no concelho, e vou chamar-lhe aqui "repescagem" de alguns programas de apoio às modalidades e que nos parece uma aposta certeira.

Não obstante este investimento realizado, há espaços de jogo e recreio que não se encontram nas melhores condições e vou referir apenas aqui alguns casos em que até há algumas questões de segurança, como por exemplo o campo de Basquetebol do Polidesportivo José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, e neste caso o pavimento de jogo termina logo após as tabelas e depois há um desnível que é propício a ocorrerem lesões. Nós sugeríamos que, futuramente, houvesse a atenção para que este pavimento fosse aumentado uma coisa de meio metro ou um metro, já resolvia perfeitamente a questão, depois das tabelas de forma a que

os praticantes possam ter as melhores condições possíveis e neste caso condições de segurança para a prática do Basquetebol naquele espaço.

Referimos apenas este caso por enquanto, existem outros ao nível de redes por exemplo: *o mini halfpipe* da Confidente também não está lá grande coisa, as redes de jogo do ringue da GNR da Confidente e da Sul Ponte também precisam de reparações periódicas e nem sempre se consegue fazer logo ali atempadamente, as redes e o espaço circundante ao Polidesportivo da Cascalheira que é madeira, aquilo às vezes incha um bocadinho, também precisa de alguma atenção e também o espaço de recreio, que esse também é um bocadinho preocupante, tinha lá um banco já estragaram que é na rua Adriano Correia de Oliveira, junto à Piscina de Pinhal Novo vulgo tabelas, também seria importante haver alguma atenção, portanto é só deixar estes reparos para que futuramente possam ocorrer as obras necessárias."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções por favor? Só tenho da Bancada do PS, na lógica de intercalar, não? Dou a palavra ao PSD, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, há aqui algumas questões que gostaríamos de levantar, mas perante o extenso esclarecimento do Sr. Presidente não queremos ocupar também tempo de comunicação.

Efetivamente debruçamo-nos mais sobre a certificação legal das contas e o relatório da Auditoria, independentemente da análise dos números e da constatação do decréscimo no investimento já que assumido e também confirmado pelo Sr. Presidente, no decréscimo do valor das GOP's, de efetivamente da nossa opinião sobre o orçamento relativo a este ano, o ano passado também a demos. No que diz respeito à certificação legal de contas diremos que, efetivamente, quando falámos do património da ADREPAL, e na altura também foi assumido pela Câmara que as verbas não estariam corretamente contabilizadas, na altura também foi dito isso embora o ROC venha aqui dizer que não afeta o balanço nem os resultados estas alterações. Não afeta o balanço e os resultados efetivamente, depois há aqui umas previsões a constituir para riscos pelas tais ações judiciais e também pela ação, pelo recurso, da EDP que efetuou, pagou verbas, mas que parece que recorreu após o pagamento o que na opinião do ROC, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que aqui falei as demostrações, exceto nesses pontos o resto considera que as contas apresentam de forma verdadeira e apropriada os aspetos materialmente relevantes.

Estes aspetos de materialmente relevantes é de salientar para nós também termos a noção até pelas instituições bancárias e tudo mais, essa verificação é feita numa base da amostragem, ou seja o ROC não vai verificar todos os documentos da Câmara. Como tal na questão na inventariação dos bens da Câmara e face a uma reserva que aqui é tida, dizendo que foram tomadas medidas que visionaram o reconhecimento de todas as operações originadas nos últimos exercícios tanto em termo de aquisições como de abates, mas derivado da falta de alguns circuitos internos operantes anteriores à elaboração e aprovação do Balanço inicial.

Portanto acredito no que o Sr. Presidente disse que tenha tentado melhorar estas operações e uma melhoria nos serviços e nós vamos requerer, caso ele exista, esse inventário para termos uma noção dos abates e das aquisições em termos globais, é nesse sentido.

Em todo o caso não duvidamos da competência do ROC, não é?, Mas estas ressalvas que, efetivamente, são feitas leva-o a dizer que os resultados dessas operações por amostragem, que ele fez relativamente à despesa paga e à receita cobrada, está em conformidade com o POCAL. Em todo o caso face a estas reservas e não tendo segundo opinião do referido ROC contabilisticamente não havendo aqui um impacto, não deixamos de verificar que, efetivamente, quando no ano transato levantamos algumas dúvidas sobre alguns destes pontos, tínhamos uma certa razão.

Apreciamos da parte do executivo a tentativa de melhoria dos procedimentos e nesse aspeto em termos de Inventário e de Imobilizado Corpóreo da Câmara vamos requerer mais informações. Não votaremos favoravelmente esta Prestação de Contas por essas razões."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Outras intervenções? Dou a palavra ao Bloco de Esquerda agora por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Sra. Presidente, eu vou-me reportar agora ao seguinte, em relação a esta explanação que o Sr. Presidente da Câmara referiu da Prestação de Contas não ouvi qualquer referência ao investimento em novos espaços verdes, mais em concreto na Vila de Pinhal Novo. sendo que é um centro urbano que cresceu rapidamente e onde os espaços verdes não tiveram acompanhamento de igual modo ao crescimento a nível urbano.

Em relação à zona norte de Pinhal Novo, uma vez que a Vila de Pinhal Novo é dividida pela linha do caminho-de-ferro, o Jardim Zeca Afonso apresenta um pouco de degradação a nível dos bancos de jardim lá existentes, já para não falar na pouca quantidade de árvores de sombra ali existentes também.

A nível do lado sul do Pinhal Novo, aí a ausência de espaços verdes é mais flagrante. Existe ali só na zona da Quinta do Pinheiro e na área circundante ao cemitério velho do Pinhal Novo algumas árvores e relva mas muito pouco, depois mais em baixo naquela rua de dá acesso ao Modelo também há ali um pequeno espaço verde perto dos prédios daquela urbanização. Penso que seria de pensar mais investimento na questão dos espaços verdes porque em particular a zona sul do Pinhal Novo carece das plantações de árvores nos passeios de algumas ruas e de mais investimento em novos espaços verdes em particular na zona sul de Pinhal Novo. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PS por favor, Ilda Fino."

A **Sra. Ilda Fino do PS:**

"Só uma pequena questão e esclarecimento relativamente aqui à parte da habitação social, designadamente, constante as folhas duzentos e cinquenta e sete. Creio que falta aqui informação relativamente a receita de rendas e relativamente ou pelo menos o valor médio. Não sei se tem essa estimativa e eu gostava também de perguntar, ou se me pudessem facultar essa informação, podemos requere-lo também em sede própria, relativamente a qual o valor médio de rendas de habitação social, estive a verificar se seriam só trinta e dois fogos, e outra questão se existem dívidas de rendas e não é refletido, também, em termos de Relatório de Contas, seria importante até para também verificamos na área social se existem indevidamente as famílias. Por outro lado é relevante essa informação para depois em períodos homólogos designadamente para o ano, como sabe com a alteração do Regime do Arrendamento vai haver uma alteração e provavelmente um acréscimo no valor das rendas, e seria relevante constar em termos de receita e correndo o ano 2014 para depois comparativamente relativamente ao ano de 2015 nós termos também esses dados, e não encontro aqui. Estive a ver, tenho aqui uma dúvida relativamente às receitas quando na rubrica na página sessenta e sete se fala em habitações rendas, será as receitas de habitação social? Vinte um mil, trezentos e oitenta e cinco, ponto trinta e sete? É esse valor?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais questões por favor? Há mais alguém antes do PS, não, Raul Cristóvão por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, eu não queria ser muito extenso, porque efetivamente as posições do PS já foram plasmadas, e bem plasmadas, e bem referidas pelos nossos Vereadores em reunião de Câmara.

Mas é preciso reforçar aqui algumas questões que nos parecem importantes, politicamente importantes, até porque compete à oposição não só referir o que discorda, mas como nós fizemos quando foi a apresentação

do Orçamento que agora estamos a debater o Relatório de Contas. Nós tínhamos propostas alternativas e essas propostas alternativas foram chumbadas, ou reprovadas, pela maioria que governa a Câmara e portanto poderia, efetivamente, ter refletido em alguns aspetos, não uma situação preocupante financeira para a Câmara como mostra o Relatório de Contas, mas sim uma situação mais benéfica para as famílias e para aqueles que hoje vivem uma situação mais preocupante a nível económico e social.

Portanto o PS quer na Vereação, quer na Assembleia Municipal, tentou que este Orçamento fosse um Orçamento diferente. Logicamente, nós tínhamos razão e tínhamos razão porque nós dizíamos que a previsão de receita dez milhões e trezentos e oitenta mil referentes ao IMI era por baixo e ela veio a refletir exatamente isso, o IMI cresceu mais e efetivamente a receita foi bem maior, chegou aos doze milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil.

Depois falávamos também na fraca e deficiente dotação da área do Comercio e Turismo, no Orçamento quase trinta e oito milhões, portanto só representava zero virgula dois, falavam só na irrisória dotação para a área da Ação Social, seis mil euros, batemos e demonstramos que a receita do IMI deveria, a taxa podia descer mais, podia descer mais e efetivamente não temos aqui Sr. Presidente nenhuma questão psicanalítica, ou psicológica, com o IMI, temos é uma questão real e objetiva. E essa situação real e objetiva, e eu há bocado comecei a ficar na dúvida se o Sr. Presidente está de acordo com aquilo que os partidos da oposição, inclusivamente o seu, lutaram para que não houvesse fim da clausula de salvaguarda do IMI e apesar de se poder deduzir alguma receita para as Autarquias, efetivamente numa situação de degradação social económica que hoje o país vive e muitas famílias vivem, é uma ação que a política e os políticos devem de ter que é tentar minimizar essas situações e essa era uma forma de minimizar essas situações e, portanto, mais uma vez ter um crescimento exagerado do IMI fruto do esforço financeiro das famílias e isso vai-se refletir, como dizia aqui o meu camarada José Carlos, no aumento do IMI no final do próximo ano e, portanto, vamos voltar a ter mais receita que é positivo para a Câmara se não for feito mais uma vez à custa das famílias e sobretudo daqueles que menos podem.

Portanto queria dizer que, efetivamente, o que se nota deste Relatório de Contas é que a Câmara transita um saldo já de cinco ponto cinco milhões dos anos anteriores, a Câmara tem hoje capacidade de investimento e não o faz, reduz o investimento em um ponto dois, não põe na Ação Social mais verbas apesar de o Sr. Presidente dizer, e nós concordamos, que há alguns setores onde vão além daquilo que as obrigações legais o obrigavam mas, efetivamente, hoje a Ação Social é mais do que aquilo que a Câmara tem feito porque hoje há novos problemas. Voltamos a dizer, e já o dissemos há uns tempos atrás já quando foi da discussão deste Orçamento o dissemos, há novos problemas, há novas necessidades, há novos pobres , infelizmente, há uma classe média que se está a perder e há todo um conjunto de situações familiares que nós não podemos mais uma vez meter a cabeça na areia e não podemos, passo a expressão, "*chutar para canto*" passando a responsabilidade para outros. As famílias estão aqui, estão no nosso território, estão mais próximo de nós, cabe-nos a nós também com as IPSS, com o Governo Central, que não faz infelizmente por opção ideológica e política, mas com quem está no terreno e tem essa missão e está disponível para ajudar. A Câmara tem de dar um sinal de maior investimento nestas questões de Ação Social e portanto o Partido Socialista mais uma vez chama a atenção para estas questões e a verdade é que há uma maior execução da receita, mas essa maior execução da receita é feita, como nós já prevíamos, à conta das famílias e dos contribuintes. Portanto não há neste momento, se eu olhar para estas políticas, uma grande diferença entre o discurso que é feito a nível nacional e o que é feito aqui. Gerir uma Câmara numa altura de crise exige, como já dissemos várias vezes e voltamos a repetir à colação, um novo paradigma, exige uma nova vontade de fazer diferente, exige um novo olhar para os novos problemas porque eles existem e é preciso não fechar os olhos.

Depois em relação, para não ser muito cansativo até porque também já estamos todos um pouco cansados, mas a verdade é esta há um desinvestimento, há uma estrutura de dívida que apesar de tudo tem ainda que ser melhorada. O Sr. Presidente diz que vai renegociar com a SIMARSUL, vai pagar mais cedo, ainda bem para os munícipes, ainda bem, porque o Sr. Presidente está a ficar com o dinheiro nos cofres. Vamos ver Sr. Presidente às vezes faz-me lembrar a nossa Ministra das Finanças, estamos cheios de dinheiro mas as famílias continuam a pagar impostos acima daquilo que era necessário e portanto o dinheiro que vai tendo a mais nas suas finanças é à custa dos contribuintes e das famílias e sendo à custa dos contribuintes e das famílias, os senhores são responsáveis por não terem querido baixar mais o IMI e não terem querido devolver nenhuma percentagem da taxa do IRS que cabe à Câmara. Portanto, essa situação vai fazer com

que o senhor possa fazer um brilharete no final do Mandato e no último ano, que vai ter dinheiro para fazer investimentos, mas Sr. Presidente estaremos cá para dizer *"não, assim não"* é preciso fazer uma gestão continuada, é preciso não adiar os problemas, é preciso investir quando, efetivamente, as pessoas precisam e o concelho necessita.

A região apresenta números preocupantes de desemprego, necessita que todos os poderes, central e local, desenvolvam políticas ativas para atrair investimentos para o concelho e ao mesmo tempo se valorizem os cursos endógenos e esta gestão a CDU investe menos um vírgula dois milhões. É preciso se não se sabe aprenda-se também com os outros, porque aprender não faz mal a ninguém, governar é também inovar e recriar, governar é também aprender com os bons exemplos. Nós chamamos mais uma vez a atenção que é preciso mudar o paradigma, é preciso mudar a atitude, é preciso saber ouvir, é preciso criar e recriar a nossa forma de fazer gestão e a nossa forma de resolver os problemas.

O documento está correto apesar do ROC dizer aqui, chamar a atenção de algumas situações, da ADREPAL, que já é recorrente, chamar a atenção para um melhor controlo interno ou uma melhor produção de informação para a gestão, efetivamente o documento é um documento tecnicamente bem feito, um documento que é claro, mas em política a qualidade e a legalidade dos documentos são uma obrigação e o que aqui está verdadeiramente em discussão, e que estamos preocupados, é o que está no centro das nossas preocupações, são as opções de gestão.

O PS apresentou propostas, o PS tem opções diferentes para uma gestão desta autarquia, o PS daria mais importância ao investimento e uma política fiscal municipal mais amiga das famílias. O concelho precisa de políticas autárquicas inovadoras assentes no novo paradigma de gestão e de opções de forma a valorizar o território e a melhorar a vida das pessoas. O PS nunca recusou das nove vezes, das nove alterações de orçamento o PS votou sempre a favor, o PS não tem sido uma força de bloqueio, o PS está aqui para colaborar ativamente na resolução dos problemas, o PS apoia medidas que sejam justas para o nosso concelho e para as populações, mas nunca, nunca, esta maioria pode querer que o PS apoie uma política autárquica pouco amiga dos investimentos e das famílias. O PS é cada vez mais, e hoje como ontem, uma alternativa a um projeto, com um projeto transparente, viável, diferente, responsável e que sabe o que quer e conhece o que as populações querem. Por isso votaremos contra este relatório."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção? Então não havendo vou passar a palavra ao Sr. Presidente para responder às questões colocadas."

O **Sr. Luis Pato da CDU** ausentou-se da sala pelas 00,04 horas.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente. Relativamente aos apontamentos referidos pelo Sr. Membro da Assembleia Bruno Grazina, primeiramente clarificar que algumas ações de conservação nos espaços polidesportivos que referiu são hoje partilhadas com as nossas Juntas de Freguesia e portanto os Srs. representantes das Juntas aqui presentes hão-de tomar em boa conta algumas ações de conservação que são necessário fazer-se.

Quero dizer-lhe que relativamente ao espaço de Basquetebol no Jardim José Maria dos Santos, essa intervenção está orçamentada, está preparada, pode até nem passar pelo alargamento da zona de impacto, pode passar pelo levantamento da zona de calçada. Está num pacote de outras intervenções, esperemos que não haja outras emergências porque quando há uma emergência, por exemplo que é necessário desmontar ou substituir um brinquedo no parque infantil, essa tem prioridade e gastando a verba nessas operações impede de avançar com essa empreitada, porque essa empreitada já esteve prevista, portanto estamos inteiramente de acordo, aquilo pode ser melhorado, redes etc., etc., as nossas Juntas hão-de tratar disso.

Quanto ao Polidesportivo do Bairro da Cascalheira, bom eu espero poder passar por lá nas próximas semanas, porque aquilo que está a acontecer no Bairro da Cascalheira é uma excelente intervenção no projeto "Agente do Bairro", em que a associação de moradores, com o apoio da Câmara e da Junta, está a reabilitar aquele espaço. Espero que ele esteja pronto no dia vinte cinco de abril, pelo menos a associação de moradores faz questão de o fazer, e pronto as outras questões, só dar-lhe aqui uma nota sobre aquilo que se passa no final da rua Adriano Correia de Oliveira. Aquilo nunca foi um espaço de jogo e recreio, aquilo foi um local da descompressão que tentamos colocar ali para não incomodar, porque os aparelhos estiveram previstos para serem metido nos logradouros, no interior dos prédios, e então creio que incomodamos menos pessoas mas ainda assim incomodamos algumas, estava aqui um Sr. Membro da Assembleia que costuma queixar-se disso porque, de facto, não é fácil utilizarem aqueles espaços a altas horas da noite, prejudicando, naturalmente, o descanso dos residentes e está em estudo a deslocalização. Portanto tomamos em boa nota as questões que nos fez chegar.

Sobre a intervenção da Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, certificação legal das contas, eu quero recordar primeiro ainda bem que se constata que o ROC é independente da Câmara, muitas vezes assisti ao longo de muitos anos a muitas dúvidas sobre a contratação deste ROC, assistimos a discussões sobre a contratação deste ROC, ainda bem, faz um trabalho sério objetivo e independente. A segunda questão é que, para já, reparo que da apreciação ambos os documentos não suscitam dúvidas significativas e as divergências com os documentos da autarquia são pontuais e decorrem na sua maioria de opções técnicas contabilísticas distintas, portanto não há propriamente nenhuma inconformidade. O ROC tem uma determinada visão sobre o assunto, nós nalgumas matérias temos outra. Ainda assim também, como o documento refere, estamos a procurar afinar alguns procedimentos, mas nós a metodologia que temos não é só escrutinada pelo ROC, as nossas contas felizmente, podemos falar assim de peito cheio, porque não falta entidades externas DGAL, Tribunal de Contas etc., a ver contas, inspeções, felizmente e não levamos ainda nenhum puxão de orelhas.

Portanto, não somos o suprassumo certamente porque quem trabalha comete erros, mas estamos no bom caminho, mas faça o favor de pedir a documentação complementar que entender sendo que alguma vai ser muito difícil de digerir porque são muitas folhas com muitos números, mas vai ser um bom exercício.

Sobre a questão do decréscimo do investimento respondendo já em parte quer à Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto mas também ao Sr. Membro Raul Cristóvão, agora bloqueei isto é do cansaço também, eu já expliquei as questões do investimento Sra. Membro da Assembleia. Eu, vamos lá a ver, se nós em vez de termos numa rubrica de conservação permanente duzentos mil euros, repare nós fizemos a empreitada da rua do Aviário na rubrica da conservação permanente, não vai, se calhar, a investimento, entre outras, só essa foi oitenta mil euros, mas há mais, portanto atenção porque há aqui questões contabilísticas que não espelham realmente a dimensão do investimento que fazemos e sobretudo aquele que é feito por administração direta. Eu se fizer o alargamento de um estacionamento à porta da escola Matos Fortuna, se fizer com os nossos trabalhadores, não estou a fazer investimento nenhum estou a fazer despesa corrente, material, não sei quê e pessoal, nós somos uns despesistas terríveis, quem me dera a mim fazer mais coisas por administração direta, mas se eu fizer uma empreitada a uma pequena empresa qualquer e gastar ali dezassete vinte mil euros vai para investimento.

Atenção, eu peço-vos que tentem também perceber este exercício, agora ainda assim vamos aos números, que são os números que a contabilidade e o POCAL nos obriga a fazer. Relativamente ao investimento e capital nós, tendo recebido um ponto três por cento de transferências de capital, adquirimos bens de capital no valor de cinco ponto nove por cento do orçamento e executamos onze virgula cinco por cento. Isto significa, dito assim de uma forma grosseira, que transformamos, que convertemos de certa forma fomos buscar correntes para capital. Desculpe

Sr. Membro da Assembleia, são os números, é a minha leitura. Portanto, relativamente ao investimento, ele tem anos com maior expressão, dir-me-ão daqui a, no próximo ano, ou daqui a dois anos dir-me-ão assim: "*pois o Sr. teve agora grandes taxas de investimento porque, se calhar, teve a fazer a obra da Ribeira da Salgueirinha, são logo dois milhões e tal",* e então já batemos os recordes do investimento, nem que seja só numa obra Sr. Membro da Assembleia, repare como isto os números não explicam tudo, só quero sensibiliza-los para isso. Bom mas já voltaremos às outras questões.

Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira, podemos todos, somos todos muito ambientalistas, queremos todos mais verde nem que seja para o pessoal estragar, nem que seja canteirinhos, não. Quero aqui dizer-lhe com toda a frontalidade, Pinhal Novo é das localidades da AML que, se calhar, tem mais área verde por habitante. Faça esse exercício, não, não é subjetivo é objetivo, o meu amigo agarra na medição dos hectares de espaços verdes, não, não, não o Sr., se calhar, não vai ao Monte Novo, não vai à Vila Serena e quando fala da zona, deixe-me explicar a minha tese, aliás isto não é feito pela Câmara isto é feito por entidades externas e quando tivermos os dados do PDM, o Sr. penso que esteve naquela sessão sobre o PDM connosco, ou não?, já não me recordo, não esteve?, o meu amigo vai ver o diagnostico, vai ver o que é evoluir nos últimos anos e vai perceber que temos muita área verde. Podemos ter sempre mais, pois tem, pois tem, porque os territórios rurais devem preservar área verde e nomeadamente área verde livre urbana que é aquela que não deve ser construída, essa é outra área verde que não é contabilizada, pronto é que isto é preciso perceber também do ordenamento do território. Jardim Zeca Afonso, bancos etc., tudo bem, não sei se estava a referir-se ao Zeca Afonso ou há Praça da Independência, é Zeca Afonso junto à escola Zeca Afonso, muito bem. Lado sul esqueceu-se do espaço junto ao Dovari, é também um espaço verde, mas queria dizer ao meu amigo, por exemplo, logo a zona sul neste momento com as zonas verdes de Val' Flores dá "per capita" muito mais zona verde. Oh, meu amigo, meu amigo, o Marquês de Pombal faz um terramoto manda a zona sul do Pinhal Novo abaixo, a gente expropria as pessoas todas que são donos dos terrenos e nos quintais deles e nos lotes deles fazemos zonas verdes.

O que eu quero dizer ao meu amigo é o seguinte, veja se me acompanha no raciocínio, estamos a falar de um núcleo consolidado sul do Pinhal Novo entre a rua Infante D. Henrique e a Combatentes da Grande Guerra uma estrutura urbana consolidada com propriedade privada, que não permite dar para o domínio público espaço verde, percebe? Porque o Sr. se fosse proprietário de uma daquelas casas quereria reabilitar ou construir a sua casa e vai dar terreno ao município? Não, vai dar aquilo que a gente conseguir obrigar, olhe, é recuo para fazer estacionamento. Nós temos um projeto de requalificação para esse núcleo que consiste essencialmente na regeneração urbana, com melhoria nas acessibilidades, no estacionamento, olhe não se pode lá pôr árvores nos passeios senão não cumpríamos a lei das acessibilidades e, portanto, se houvesse uma operação de loteamento ali assim conseguiríamos ir buscar espaço verde, mas eu dou-lhe um exemplo onde é que se pode ir buscar espaço verde. Nós temos o plano de pormenor do Marquês de Pombal entre a rua da Casa Queimada, o bico à entrada do Pinhal Novo e o espaço do Cemitério, estão zonas verdes previstas no plano, agora quando é que aquilo vai acontecer? Você está a ver é o município a impor aos particulares que cedam terreno para a área verde, com o sistema de perequação, de permuta, de compensações, é do mais moderno que se faz na europa toda, pois é mas não funciona porque não havendo dinâmica económica não há.

Portanto quero dizer-lhe que hoje na política de cidades e de ambiente convido-o também a ler algumas reflexões sobre a matéria. O objetivo não é fazer canteirinhos, nem logradouros mal aproveitados no meio dos bairros, o objetivo é, por exemplo, em torno da linha de água da Ribeira da Salgueirinha fazer um tratamento paisagístico com zona verde, com equipamentos de recreio e lazer porque o conceito de verde, você na ciclovia tem um conceito de zona verde que não precisa

de ser um jardim com canteiros com flores, é um corredor verde, portanto há que aferir melhor os conceitos na minha perspetiva, claro, são opiniões.

Sra. Membro da Assembleia Ilda Fino, trinta e cinco habitações do parque habitacional social da autarquia das quais trinta são de renda apoiada, as outras cinco regem-se pelo regime de renda livre. Valor mínimo, temos uma renda a rondar os seis euros, valor médio entre setenta e cinco, cem, cento e tal, valor máximo cerca de duzentos euros. Dívidas é claro que existem, basta ver a nossa previsão orçamental e o desvio à previsão e muitos pagamentos contratualizados. Aliás podíamos ver também nos três milhões e quinhentos mil que são devidos ao município, temos aí os tais tubarões que continuam a não querer pagar as taxas de ocupação de subsolo, mas também temos pessoas com muitas dívidas de água, com dívidas desta natureza, e outras, e temos também situações, enfim, em que há a prescrição de dívida porque a execução fiscal não justifica cobrar dívidas de dez, nove, oito euros, eu assino todas as semanas uns caixotes porque os nossos serviços ultimamente tem aquilo ali muito diligente e cansam-me estar ali a assinar muitas coisas dessas. Mas temos os assuntos de natureza social devidamente acompanhados e apoiados e talvez por isso até repare que este ano no relatório no primeiro ponto demos nota da entrega de duas habitações e do esforço grande que estamos a fazer de recuperação de algumas casas para podermos continuar a integrar mais famílias que necessitam de facto de uma habitação com esta componente de renda controlada e apoiada ou até enfim alojamento social.

Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão o IMI podia descer mais, eu até posso concordar com V. Exa., mas creio que no contexto atual, com outro tipo de obrigações, o compromisso é aquele que assumi muito antes de conhecer a real dimensão dos desafios financeiros do nosso município, é a descida progressiva com uma meta que já anunciei. Mas quero aqui dizer a V. Exa., relativamente ao desvio da previsão, nós dissemos sempre que tínhamos a convicção que era muito mais do que os dez milhões trezentos e tal mil ou seiscentos mil, mas nós também dissemos eu disse a V. Exa., aliás quando eu apresento uma matéria tributável de catorze milhões e uma estimativa de poder ir a doze milhões, partindo de uma média de arrecadação de receita de oitenta por cento quando o ano passado conseguiu-se uma média de cobrança que estimamos sempre ali em oitenta por cento, mas de facto a máquina fiscal está a cobrar e nós sentimos isso porque tivemos de pagar mais também pelos serviços, hoje temos se calhar condições de nos irmos aproximando mais dos valores reais, mas quero aqui relembrar os Srs. Membros da Assembleia que a estimativa teve de ser feita para cumprir a regra do POCAL que era a média dos vinte e quatro meses. Aliás eu tinha aqui a nota de um exercício que tivemos a fazer, é que pela regra do POCAL só se fizéssemos o orçamento, por exemplo, agora em março deste ano é que conseguíamos por lá uma receita estimada real de doze milhões de euros. Faço-me entender? Porque isto tem que ver com esta média, eu creio que para o ano ficaremos cada vez mais próximo do valor real mas, ainda assim, com estas oscilações ainda há pouco falávamos o primeiro trimestre está a ser inferior ao do ano passado, mas como é que a gente explica isto? É porque o IMI desceu? Não, é que isto tem aqui muitas flutuações Sr. Membro da Assembleia, eu já, o Sr. Membro da Assembleia para ele é mínimo um desvio de novecentos mil euros de cobrança de IMI de anos anteriores, mas é que nós fomos conseguindo apurar com estes indicadores, mas qual é a dúvida Sr. Membro? Eu vou dizer-lhe. O desvio de novecentos mil euros que tivemos este ano pela positiva, são cobranças dos anos anteriores Sr. Membro da Assembleia, pronto mas você faz, dá-me licença? Você faz a estimativa em função da receita do ano e eu estou a dizer que nos anos de dois mil e quatro, houve receitas de dois mil e quatro a dois mil e treze, nós recebemos de anos anteriores seiscentos e cinquenta e seis mil euros e depois em dezembro de dois mil e treze, ainda de anos anteriores, mas que entrou já na receita de dois mil e catorze mais trezentos e quinze mil euros, eu estou aqui a fazer as contas, são novecentos e setenta e um mil euros, está a ver? E isto não era estimável na altura da elaboração do orçamento e oxalá a máquina fiscal consiga ir buscar muito mais, porque a

questão está aí, é que temos, de facto, de cobrar a quem não tem pago para poder aliviar quem efetivamente merece esse alívio.

Mas eu quero recordar o conjunto significativo de isenções e de reduções de IMI que ainda assim temos no nosso território, quero também recordar uma norma do Orçamento do Estado que não podemos ignorar. Nestas questões das receitas, as receitas têm que servir para cumprirmos os nossos compromissos e não é para fazer brilharetes, e muito menos eleitoralistas. Esta maioria tem um compromisso de mandato que pretende cumprir religiosamente e é isso que está a fazê-lo e nalgumas medidas a ultrapassar e a generalidade das nossas propostas e das nossas medidas que, como V.Exa. disse, têm tido até o acordo em particular do Partido Socialista que tem votado muitas das nossas propostas e percebe, com certeza, mas há um artigo da lei OE que logo para dois mil e catorze já dizia:" o aumento da receita do IMI resultante da avaliação geral dos prédios urbanos é obrigatoriamente utilizado nas seguintes finalidades: capitalização do FAM, nós somos contra o FAM, pagamento de dívida a fornecedores, já lhe falo, estamos a cumprir, redução do endividamento médio e longo prazo, estamos a cumprir, capitalização de um fundo de investimento municipal, a regulamentar, espero que não regulamentem que é para ver se há eleições e não se lembrem disto.

É que nesta matéria, de facto, sem deixarmos de cumprir os nossos compromissos fazer mais do que aquilo que estava no plano inicialmente traçado não cortamos serviços, não diminuímos prestações e apoios sociais, aumentámos, antes criamos, um leque mais diversificado e transversal de discriminações positivas em termos sociais. Os Srs. teimam em falar nos seis mil euros que lá estão no Orçamento, quer dizer tudo o resto que a gente faz não é social, a tarifa social na água, a tarifa para famílias numerosas na água não é social, pagarmos mais do que a lei define no escalão A e no escalão B dos apoios socio educativos. Eu só quero referir que não me parece correto tentar ridiculizar esta questão da verba que está em orçamento, a área social ora cá está, as rendas, nós só na recuperação dos dois apartamentos gastámos trinta mil euros para alojar pessoas, está a ver? Portanto isto não pode ser dito lá, está lá uma rubrica para subsídios de seis mil euros de apoio social, a política social da Câmara são seis mil euros. Desculpe lá, eu nestas coisas fico, eu sei Sr. Membro da Assembleia mas eu já ouvi isto do outro lado e fico um bocadinho incomodado porque acho que a verdade não pode ser, com certeza.

Sim senhor, nós retomámos projetos e investimentos e com isto tudo sem sermos propriamente dependentes, e sem estarmos obstinados com a questão da recuperação financeira, eu quero recordar que ao nível da administração central aumentam impostos, cortam salários, diminuem prestações sociais, mas não investiram nada, cortam em tudo aquilo que é função social. Nós para além de estarmos a honrar os nossos compromissos, Srs. Membros da Assembleia, estamos a investir nas pessoas e no território, nós não prescindimos de um por cento no IRS pois não? Mas investimos muito mais nesse um por cento em funções sociais no território e portanto quero voltar a recordar isto, rigor, reequilíbrio financeiro com aumento de produtividade porque há indicadores que referem isso, com mais obra não é mais investimento é mais obra porque a obra existe, com mais atividade e com maior investimento nas funções sociais. Juros poupámos cem mil euros, a dívida baixou novecentos e quarenta e oito mil, quase um milhão de euros, pagamos de dívidas a fornecedores e queríamos pagar mais, mas não nos deixaram. Pagamentos em atraso a mais de noventa dias, nos termos da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, zero. A DGAL diz que temos lá dinheiro mas nós, sabe porquê? Porque a DGAL continua teimosamente, eu já pedi para ser recebido, o Sr. explique-me, mas não vale a pena, só o Secretário de Estado ou o Ministro, não explique-me lá, é porque se eles estão a reter um dinheiro que dizem, se nós temos isto contratualizado com a AMARSUL e a SIMARSUL e eles dizem que o dinheiro é para pagar aos fornecedores, então paguem, mas não pagam porque de facto estão a fazer mal as contas. Também quero aqui dizer isso porque quem for ao site da DGAL não vê lá zero, mas isso é um

desentendimento que temos com a interpretação deles, mas eles não se conseguem explicar, porquê? Ignoram só.

Empréstimos e vamos fazer mais empréstimos, nós se quisermos no futuro quadro estratégico comunitário ir a jogo com muitos projetos temos que ter fundos próprios e é empréstimo para investimento, como fizemos nos últimos anos, estes dezassete milhões que temos de empréstimos foi para investimento no nosso município ao longo de muitos anos, temos aqui coisas com dezenas de anos, nós reduzimos este endividamento, nós pagamos dois milhões cento e sessenta e três mil, a amortização de um milhão novecentos e vinte mil e juros duzentos e quarenta e dois mil.

Portanto eu creio que não se trata de cofres cheios, trata-se sobretudo, como eu tive oportunidade de dizer, de termos a cara lavada, equilibrar financeiramente a Câmara e investir cada vez mais no território e portanto com o esforço, com rigor, estamos a honrar os nossos compromissos. Compromissos não apenas para com as entidades terceiras mas sobretudo compromissos para com a população que nos elegeu.

Há aqui também um aspeto muito importante que eu gostava de chamar a atenção. A estrutura da receita dos municípios tem vindo a alterar-se profundamente, não sei o que vai acontecer se não tivermos eleições depressa e também não sei o que vai acontecer se algumas forças políticas se esquecerem daquilo que dizem quando estão na oposição, não é?, em matéria de impostos e outras coisas mais. Mas eu quero só dar aqui, é que temos tentado estudar isto e perceber o que é que aconteceu, em dez anos o que é que aconteceu? Vocês sabem, Sras. e Srs. Membros da Assembleia sabem quanto é que recebíamos de impostos diretos e transferências do Orçamento Geral do Estado? Já agora para dizer que a Península de Setúbal é a que recebe menos, a Península de Setúbal, percentualmente, recebe menos transferências do Orçamento de Estado, já nem vou para o país que tem discriminações positivas que são do interior, tem tudo a mais, mas depois vêm pedir que a gente pague aqui nas águas e no saneamento para eles não é? Estou a falar-lhes de um estudo da CCDR que vai desde o oeste até à Península de Setúbal, é dos que recebem menos mas nós, por exemplo, em dois mil e quatro recebíamos de impostos diretos vinte seis virgula cinco milhões de euros e recebíamos do Orçamento de Estado oito virgula quatro milhões de euros. Dois mil e catorze foi este ano difícil mas que nos dá ânimo, vinte virgula dois milhões, naturalmente estamos a falar dos impostos diretos é evidente que baixando outros acabou por ser o IMT e o IMI a compensar e sete ponto três milhões do Orçamento Geral do Estado, em dez anos a diferença é esta. Dir-me-ão, há os outros municípios também, etc., cada território tem as suas especificidades dantes comparavam-nos muito com Mafra. Recordo-me ter estado nesta, e noutras mesas, noutras funções e havia Vereadores também do Partido Socialista que nos comparavam com Mafra, pois comparem-nos com Mafra, ah! é? a dimensão e tal…, territórios, impostos, enfim está complicado, aquilo está complicado não é?

E, portanto, eu creio que nós estamos no caminho certo, teremos condições no próximo ano para cumprir o compromisso de reduzir o IMI. Já agora quero dizer que a força política a que tenho a honra de pertencer também votou no congresso e propôs no Congresso da Associação Nacional de Municípios que o IMI fosse fixado no máximo para quatro por cento e já agora os Srs. às vezes falam muito *"ah, mas as orientações políticas da CDU parece que são diferentes"*, não partilhamos isto. A orientação política da CDU é estar sempre abaixo do máximo, dando liberdade a cada território em função das suas especificidades para, por isso é que nós temos autarquias que têm três por cento e temos outras que têm oito por cento, perdão, sim porque o oito já desapareceu, faço-me entender? Portanto, agora, o que nós podemos garantir em Palmela é que este dinheiro não é para PPP (Parcerias Público-Privadas), não é para *"Suopes",* não é para financiar a banca é para investir no território e para cumprir compromissos. Disse, Senhora Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia se não houver mais questões, nós vamos votar então a Proposta do Relatório de Atividades e Contas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor da CDU, 10 votos contra (sete do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP) e duas abstenções do BE. Aprovado em minuta.

O **Sr. Luis Pato da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 00,09 horas.

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas zero horas e dez minutos do dia quinze de abril de dois mil e quinze, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, quinze de abril de dois mil e quinze.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete